



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
9ª Gestão

Data da Reunião: **19 de março de 2026**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504, 15º andar, sala 154- Auditório. Centro – São Paulo

Aos dezanove dias do mês de março do ano 2026, às 14h00, nas dependências do Edifício Martinelli, 15º andar, sala 154- Auditório, centro, em São Paulo, reuniram-se para a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 9ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes:** Carlos Augusto Manoel Vianna (SEHAB), Álvaro Mendes Martins (SEHAB), Alan Eduardo de Paula (SEHAB), Silas Pereira Costa (SEHAB), Maria José Gullo (COHAB-SP), Ricardo Nagliati Toppan (SMUL), Isaac Libardi Godoy (SF), Augusto Fernandes Neves (SMADS), Maria Isabel de Oliveira Capinan (SGM), Vinícius de Oliveira Nascimento (SIURB), Maria Fernanda Penha Machado (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Ligia Maura Basso Lamberti (CDHU), Lucas Armando Andrade de Castro (Centro Educacional Instituto Freire), Maksuel José da Costa (MSTI), Sheila Mendes do Nascimento (MSTI), Aguinaldo da Silva França (ANESF), José Tadeu Pedrosa (Esporte Clube Estrela do Jardim Formosa), Flávia de Souza Freire (Fórum dos Mutirões de SP), Claudino Alencar (Associação do Mov. Sócio Assistencial e Humanitário no Estado de São Paulo), Wellington Adriano da Silva (Instituto Hope Box), Márcia Andreia Souto Barreto de Araújo (Associação Acezos), José André de Araújo (MDM), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Fredson Almeida Lima (Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona), Henrique Salva Gado (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Guilherme Leme Perazza (APEMEC), Marília Gabriela Bello Garcia (FAU-SP), Simone Ferreira Gatti (IAB-SP), Daniel Calife Guerra Costa (OAB-SP), Rafael Ayres da Silva (SECOVI-SP), Marco Antônio Teixeira da Silva (SASP), Luzia Barbosa Antunes Simões (SINSEP), Camila Yumi Onia (Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Fernando Botton (Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Luiz Hamilton de Souza (UGT-SP), Edson Carlos Faleiros (APEOP), Margarida Bernardina dos Santos Ramos (ULCM), Talita dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Alexandre Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Terezinha Rodrigues Romão (Instituto Hope Box), Mário Sérgio Santos de Oliveira (ULCM) e Beatriz Kara José (SENAC). **Convidados (as) presentes:** Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE), Rafaela do Nascimento (SEHAB/IMPrensa), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Lais Renata Rosa de Oliveira (SEHAB/SECMH), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquigrafia), Entre outros. **Conselheiros justificaram ausência:** Camila Fiuza Correa da Silva Ali (SINDUSCON-SP), Carlos Ailton dos Santos Júnior (SMADS), Carolina Maria Pozzi de Castro (CAU-SP), Edson Ortega Marques (COHAB-SP), Fernanda de Macedo Haddad (CAU-SP), Levi Leal Rita (Instituto Levi Leal), Liana Paula Perez de Oliveira (SASP), Rômulo Luís de Lima Ripa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo) e Ticiane Costa D'Alóia (CDHU). **Conselheiros (as) ausentes:** Sidney Luiz da Cruz (SEHAB), Diogo Soares (COHAB-SP), Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES), Natália Cardoso D Amato (SIURB), Paula Heloisa Furtado Sabaté (SMUL), Giulia Zanganatto (SMUL), Moisés Amorim Canazza (COHAB-SP), Rodrigo Mendes Romão (CEF), David Prando Cotta (CEF), Bruna Araújo Sena Moreira Viana (SEHAB), Juliana Bueno Brandão Sanches Correa (SEHAB/SEGES) (Processo de substituição para João Paulo B. Greco), Georgina Santaniello Abejon (SMUL), Henry Yoshinobu Yokoyama (SF), Sônia Aparecida da Cruz (Centro Educacional Instituto Freire), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de SP), Orlandina Rodrigues Matias (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Marcos Henrique Souza de Oliveira (Instituto Dona Romilda), Luiz Domingos dos Santos (Instituto Dona Romilda), Ana Maria Cristina de Lima Coimbra Luciano (UMAJA), Eduardo dos Santos (UMAJA), Adriana da Silva Nobre (Instituto Levi Leal), Edenilda das Neves Carneiro Souza (MDM), Maria de Fátima Lacerda (ANESF), Luiz Alberto Camargo Filho (Esporte Clube Estrela do Jardim Formosa), Ana Paula Luiza da Silva Campos (Associação do Mov. Sócio Assistencial e Humanitário no Estado de São Paulo), Paula Soares da Silva (Associação Acezos), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Carmem da Silva Ferreira (PROJETECH), Ivaneti de Araújo (PROJETECH), Isabel Kausz dos Reis (UGT-SP), Cintia Almeida Fidelis (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Janaína Krohling Peruzzo (SENAC), Paulo Emilio Buarque Ferreira (IAB-SP), Mariana Chiesa Gouveia Nascimento (OAB-SP), Celso Luiz Petrucci (SECOVI-SP), Janaína Belo de Oliveira (SINSEP) e Eduardo dos Santos (SINDUSCON-SP). **Pauta da Reunião: Item 1 – Aprovação da Ata -** Apreciação e deliberação sobre a Ata da 1ª Reunião Ordinária do CMH, realizada em 10/02/2026. **Item 2 – Apresentação da síntese dos trabalhos realizados pelo GT Cortiços, com balanço das atividades desenvolvidas no primeiro semestre.** **Item 3 – Solicitação de Voto CMH nº 01/2026 -** Deliberação sobre a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção em Cortiços, instituído pela Resolução do CMH nº 198/2025, com abertura de novas inscrições para conselheiros interessados em compor o grupo da 9ª Gestão. **Item 4 – Solicitação de Voto CMH nº 02/2026 – Ad Referendum -** Ratificação da indicação de conselheiros para representar o CMH no Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduaté (OUCBT), coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento com a Secretaria Executiva de São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo, conforme Processo SEI nº 7810.2025/0001378-2. **Item 5 – Outros assuntos. Início Reunião: Sr. Secretário:** Bom dia a todos. Então, tendo quórum já suficiente aqui, vamos dar início aos trabalhos. A pauta é a 1ª Reunião Extraordinária do CMH, 9ª gestão, dia 19 de março de 2026. O primeiro item é aprovação da Ata relacionada à apreciação e deliberação, quanto à aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação, CMH, realizada em 10 de fevereiro de 2026. Então, para isso, segue a Ata que foi publicada em Diário Oficial, para que possamos aprovar. **Sr. Aguinaldo:** Boa tarde a todos. Sidney e Diogo não se encontram. **Sr. Secretário:** Só aparte. Os dois Presidentes, o Secretário Sidney Cruz e o Diogo

Soares, Presidente da COHAB, eles solicitaram que conduzíssemos a reunião, eles estão em outra agenda externa aqui, tratando a respeito dos assuntos da Secretaria, e aí pediu para que eu e a Kátia conduzíssemos os trabalhos. **Sr. Aguinaldo:** Seguindo aí, nós tivemos uma reunião entre nós, lemos a Ata, e nós decidimos aqui, nosso grupo se reuniu, que não vamos aprovar a Ata. Porque alguns assuntos que estavam para ser colocados na Ata não foram colocados, que o Maksuel vai elencar. Também não foi colocado na Ata, na pauta de hoje também, que vamos falar mais à frente alguns assuntos pertinentes da reunião de hoje. **Sr. José Tadeu:** Boa tarde a todos, Cacá, Secretário, Kátia. Eu vou corroborar aqui com o Guigui. Temos assuntos sérios, relevantes. Nós fizemos um pedido para ser incluído em pauta, esta Extraordinária justamente foi o que nós pedimos na primeira reunião, em 10 de fevereiro. E nós nos sentimos muito desprestigiados a não vir o Sidney e não vir o Diogo aqui nessa mesa, queríamos estar com eles aqui. Eu sei que você representa bem aí, Cacá, mas nós precisávamos do Secretário aqui, do Presidente aqui. Só para deixar registrada a Ata, e aí o Maksuel vai ler aqui e vai poder dimensionar. **Sr. Maksuel:** Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Kátia. Dentro dessa representação do Conselho Municipal de Habitação. Uma manifestação inicial aqui na qual os conselheiros, que nós temos diretamente contato, fizemos é a seguinte: “Senhor Presidente, conselheiros e conselheiras Municipal de Habitação, Na última reunião, nós aqui, enquanto plenário, debatemos pontos importantes da política habitacional e deixamos claro que existem temas estruturantes que precisam avançar dentro do Conselho. Só que, na prática, a pauta de hoje não traz esses temas. Não traz aquilo que foi construído por nós na reunião anterior. Aí eu faço esse registro com base no nosso regimento interno, que garante que o plenário não é consultivo, é deliberativo. Ou seja, aquilo que discutimos aqui, precisa refletir na pauta e no andamento dos trabalhos. Quando isso não acontece, nós perdemos alinhamento, perdemos força e o Conselho deixa de cumprir o papel que ele tem que cumprir.” Então, de forma bem objetiva, eu quero fazer um encaminhamento aqui, se assim o nosso Secretário-Presidente aqui da sessão conceder. **Sr. Secretário:** Tudo bem. **Sr. Maksuel:** Os conselheiros que concordam que a pauta precisa ser alinhada com aquilo que foi deliberado na última reunião anterior, por favor, se coloquem de pé neste momento aqui. Os conselheiros que concordam que a pauta tem que ser alinhada com o que foi discutido na última reunião do Conselho, coloque-se de pé. Então, de forma bem objetiva, quero fazer um encaminhamento aqui. Os conselheiros que concordam, já foi discutido, peço que essa manifestação seja registrada em Ata, como posicionamento do plenário. A partir disso, Presidente, eu passo agora a apresentar as propostas de resolução que tratam exatamente desses pontos que já foram discutidos a este Conselho. Eu vou apresentar de forma objetiva quatro propostas de resolução que dialogamos, já apresentamos por intermédio de e-mail essas propostas, e esta reunião que estamos tendo aqui, que é uma reunião extraordinária, o objetivo dela foi exatamente para isso. Não marcamos uma reunião extraordinária para aprovar a última Ata ou aprovar algumas coisas que estão na proposta de pauta, e sim para que possamos ter um esclarecimento sobre o que estamos apresentando. Realmente, ele é de fato e de direito, ele se faz seguir. Então, a primeira situação aqui é a questão do edital de credenciamento. A primeira proposta trata da criação do edital de credenciamento das entidades do Programa Pode Entrar, modalidade de entidades. Hoje nós temos entidades habilitadas, organizadas com demanda real, mas sem a regra clara de acesso à constituição das propostas de construção. Nós temos o Programa Pode Entrar Entidades. Passamos por um processo de construção o ano passado com a Câmara Municipal, por intermédio do vereador Marcelo Messias, que era relator da peça orçamentária, induzimos e colocamos uma proposta de orçamento, e dentro do Programa Pode Entrar, o que nós vemos que não conseguimos avançar. Nós achamos importante ter esse edital de credenciamento, porque é criar sim a expectativa necessária nas famílias, é criar sim a expectativa necessária nas associações para que possamos consolidar a política do Programa Pode Entrar Entidades. O segundo ponto que nós achamos importante estar sendo discutido, trata do chamamento público para a vinculação das áreas da COHAB e SEHAB. A cidade tem terra, o que falta é a organização dessa terra, o grande *master plan* da cidade sobre a questão da organização dessa terra. Acho que os conselheiros de outras gestões contribuíram muito para que nós pudéssemos criar um banco de terra na cidade, com a luta feita pelos movimentos, com o recurso da outorga onerosa, com a discussão do Plano Diretor da cidade, com a discussão das leis de zoneamento da cidade. Aqui foi amplamente discutido, não só no Conselho, na cidade como um todo, principalmente na Câmara Municipal. Nós criamos um banco de terra. Esse banco de terra hoje é pertencente à COHAB e à SEHAB. Então nós queremos, nós estamos pedindo aqui, a proposta de tratar do chamamento público para a vinculação de áreas da COHAB e da SEHAB. As entidades que acessem essas áreas de forma transparente, consigam estruturar seus próprios projetos e com antecedência, acelerem a produção habitacional. Isso reduz o tempo, reduz o custo e aumenta a entrega. Terceiro ponto que nós temos aqui para tratar ao Conselho Municipal de Habitação. Isso aqui é uma questão mais genérica, fica como proposta, Presidente. Porque nós sabemos que temos que criar um PL na Câmara Municipal, porque é uma prerrogativa da lei à Câmara Municipal, com aprovação do Prefeito à época, que é a lei que constitui o Conselho Municipal de Habitação, que é sobre o tempo do mandato do conselheiro. É impossível você discutir em uma cidade como São Paulo uma política habitacional em dois anos. Desculpe. Aprovação há um ano e meio, dois. Então você não consegue discutir uma política habitacional. Mas nós colocamos aqui como proposta esse ponto a esclarecer, a explanar. Quarto ponto, Conferência Municipal. O quarto ponto é a convocação da Conferência Municipal de Habitação. Hoje a cidade tem um planejamento estruturado de longo prazo consolidado. A conferência é o instrumento para a organização dos debates, integrar o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, construir o Plano Municipal de Habitação para os próximos dez anos. O que nós estamos propondo com a Conferência Municipal é justamente a criação do Plano Municipal de Habitação, que nós não vamos ficar pedindo com caneco, com pires, com xícara, indo à Câmara Municipal pegar os vereadores para ter recurso no Fundo Municipal de Habitação e nem recurso para a construção de unidades habitacionais. O plano vai ser muito bem claro. Como é claro o Plano Diretor. É pegar o Plano Diretor, as áreas que estão em ZEIS, e fazer um grande *master plan* da cidade com o Plano Municipal de Habitação com execução. Muito parecido, isso aí cabe discussão, não é para aprovação agora, nós vamos ter muito debate, vai ter GT de trabalho para discutir e lucidar isso aí. O que nós estamos propondo não é para amanhã, mas é uma sinalização do que estes conselheiros querem aqui da Política Habitacional da Cidade de São Paulo, do Secretário Sidney Cruz, do Secretário-Adjunto Cacá Vianna, do

Presidente da COHAB, Diogo Soares, e do vice-Presidente da COHAB, Nunes Peixeiro. Eu encerro e já solicito também que a pauta apresentada pode ser inserida como pauta na próxima reunião da Executiva do Conselho, que fica proposto para o dia 24, próximo agora. **Sr. Secretário:** Primeiro, Guigui, aqui na verdade, quando você se manifestar, você tem que manifestar por conselheiro, não por grupo. Aqui, na verdade, são votos individuais. Na verdade, não existe aqui grupo. Existem aqui conselheiros eleitos e que foram dados posse a todos os conselheiros. Aqui não existe grupo, a não ser o grupo que defende a Política Habitacional da Cidade de São Paulo, a qual faz parte o Prefeito, o Secretário Diogo, o Secretário Sidney Cruz, toda a equipe que compõe as duas Secretarias. Então, até porque, como consta em Ata, uma coisa é eleição, uma coisa depois é Conselho. São coisas distintas. Eu acho que temos que ter esse entendimento, inclusive para poder se manifestar de maneira coerente acerca da responsabilidade deste Conselho Municipal de Habitação. Então, quando vocês forem se manifestar, eu acho que cada um tem o direito de falar e tem o direito de manifestar de forma individualmente, não por grupo. Então, só essa primeira colocação. Segunda colocação. Se vocês leram, na verdade, a Ata, pessoal, essa Ata, inclusive, é para aprovar a eleição dos conselheiros que fizeram parte. Essas pessoas foram, na verdade, dado posse na última eleição. E aí, o que vocês solicitaram aqui no e-mail, que aí é muito válido, eu acho que temos que levar isso em consideração, e nós sempre dialogamos, Guigui, é no sentido do seguinte, que essa situação, para que nós pudéssemos, na verdade, criar a discussão do GT dos Cortiços, que estão aqui presentes, que já era um GT que existia, e como, na verdade, é uma nova composição do Conselho Municipal de Habitação, se faz necessária essa apresentação. Então, esta Extraordinária, inclusive, onde você pede no e-mail é o seguinte, que seja no dia 24, e não no dia, na verdade, 19, que era hoje. Que nós podemos, inclusive, eu creio, Max, no dia 24, solicitar uma extraordinária específica para o mês de abril, para que nós, então, possamos pautar isso que nós já discutimos. Mas que nós não deixemos de aprovar hoje aqui essa Ata que dá posse a todos os conselheiros, inclusive, os senhores. É isso que eu quero deixar bem claro aqui. Que nós entendamos a necessidade de aprovação para que nós possamos dar sequência. Entendeu, Maksuel? É essa necessidade da aprovação da Ata... **Sr. Maksuel:** Entendi, perfeito. Você fez as colocações necessárias. Acho que é importante. O Conselho tem esse papel mesmo de diálogo, de confrontos ideológicos. E nós nos colocamos à disposição, sim. Acho que você tem razão no que está colocando. Os conselheiros estão aqui. Eles têm importância de constituição e validação do Conselho Municipal de Habitação. E nós aqui, como nos apresentamos como grupo, até para se tornar um pouco mais prático, mas se coloque também que cada conselheiro aqui representado, eles podem colocar de uma forma nominal o seu entendimento, a sua percepção de como entende o Conselho. Nós nos organizamos. Agora nós não estamos votando. Nós estamos colocando o que achamos como solução. **Sr. Secretário:** Mas é que você na verdade rejeitou. **Sr. Maksuel:** No que eu li, não. O que nós estamos colocando aqui é uma proposta. Ficou muito bem clara, muito bem resolvida. Para iniciarmos aqui essa argumentação. Mas é o que eu peço, senhor Secretário. Se você me conceder dois minutos para conversarmos e voltamos já com a resolução dessa situação. **Sr. Secretário:** Mas assim, só para nós deixarmos bem claro aqui para todos os presentes, é isso que eu quero deixar bem objetivo aqui para todos. Que essa Ata, conselheiros aqui presentes, se faz necessária aprovação para que tenha a validação, que é a posse dos senhores presentes aqui. Que tem, inclusive, indicação para outros Conselhos. Se nós, na verdade, não aprovarmos isso aqui hoje, nós, inclusive, travamos outros Conselhos da Prefeitura que outros membros têm participação. Estão entendendo, gente? É isso que se faz pertinente. **Sr. Aguinaldo:** Cacá, quando eu falei grupo, o Max respondeu, até de forma melhor do que eu ia responder. **Sr. Secretário:** Mas é porque nós colocamos votação para aprovação. **Sr. Aguinaldo:** Eu falei individualmente, falei que nós tínhamos conversado em grupo. **Sr. Secretário:** Entendi. **Sr. Aguinaldo:** Não que eu estava votando pelo grupo. **Sr. Secretário:** Então, perfeito. Então, eu entendi errado. Mas tudo bem. Mas você entendeu agora? **Sr. Aguinaldo:** E outra, que nós somos um grupo, que nós conversamos, que nós alinhamos, isso é óbvio. **Sr. Secretário:** Não, mas vocês leram a Ata? **Sr. Aguinaldo:** Agora, o voto que nós vamos realizar aqui é nominal. **Sr. Secretário:** Sim. Mas é isso que eu estou te falando. Mas é que todo mundo ficou de pé. **Sr. Aguinaldo:** Quem concorda com a apresentação do documento. **Sr. Secretário:** Mas, por exemplo, com relação à aprovação da Ata. **Sr. Aguinaldo:** Então, nós vamos conversar dois minutos aqui, pode ser? **Sr. Secretário:** Pode, lógico. Está entendendo, Maksuel? Precisamos validar isso aqui para dar sequência nas outras ações. **Sr. Maksuel:** O senhor iniciou aqui a nossa reunião. O senhor colocou: "Podemos colocar em votação ou tem alguma coisa para falar?" Nós nos manifestamos. Não, temos alguma coisa para falar. Não estava em votação ainda. **Sr. Secretário:** Mas podemos depois colocar para votação? **Sr. Maksuel:** Com certeza. **Sr. Secretário:** Está bom, fechado. **Sr. Maksuel:** Secretário, devolvo a palavra ao senhor. **Sr. Secretário:** Pessoal, voltando então aqui. Bom, Kátia, Marcelo, pessoal presente, por favor. Só para darmos continuidade, então, e deixando bem transparente a todos os conselheiros que a necessidade de aprovação da Ata da última reunião, conforme foi dito por mim aqui, Max, e a todos os conselheiros, o que se faz necessário ressaltarmos? Que essa Ata de reunião, na verdade, que foi a 1ª Ata de Reunião Ordinária do CMH, ela, na verdade, teve na sua Pauta, Item 1: Assinatura dos conselheiros do termo de posse, cuja data de realização ocorreu em 18 de dezembro de 2025, conforme previsto no parágrafo 2º do Artigo 4º do Regimento Interno do CMH. Item 2: Apresentação sobre o Conselho Municipal de Habitação e suas estruturas. Item 3: Indicação e aprovação dos conselheiros de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área habitacional e da Sociedade Civil para integrar a Comissão Executiva do CMH como titulares e suplentes, conforme previsto na Lei Municipal nº 13.425, de 2 de setembro de 2002. Sabendo que são seis conselheiros representantes de comunidades, mais suplentes, mais APEOP, SINDUSCON, SECOVI, IAB, SINDESP, entre outros. Item 4: Indicação e aprovação dos conselheiros para representar o CMH em outros Conselhos, a saber: CAHEIS, Comissão de Avaliação de Empreendimentos de Habitação e de Interesse Social, vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL. 2. Conselheiros representantes do segmento de entidades comunitárias, organizações populares ligadas à área habitacional e ou de segmento da Sociedade Civil. 3. FMSAI, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, vinculada à Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB. Dois Conselheiros representantes do segmento de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área da habitação e ou segmento da Sociedade Civil. CPMU, Conselho Municipal de Política Urbana, vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e

Licenciamento. Também ao FUNDURB, Fundo de Desenvolvimento Urbano, vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, SMUL. Ou seja, todos esses Conselhos que compõem a administração pública da cidade de São Paulo. 5. A aprovação do calendário das reuniões de 2026. Então, senhores conselheiros, nada mais do que estamos solicitando aqui é a aprovação daquela primeira reunião, para que demos segmento aos trabalhos dentro da municipalidade, uma vez que o Conselho Municipal de Habitação também faz parte de outros Conselhos, para que possamos dar sequência. Por isso se faz necessário a apreciação do voto individual, nominal, de cada conselheiro presente, para que possamos dar prosseguimento ao item 2. Depois, após as discussões dos outros itens, irei colocar aqui a manifestação que foi solicitada pelo conselheiro Maksuel, que nos encaminhou um e-mail, dizendo da necessidade da remarcação desta reunião Extraordinária para o dia 24, em virtude de apresentação, solicitação fundamentada na necessidade de garantir tempo adequado para a apresentação e apreciação de duas proposições de resolução que tratam de temas estruturantes para a política habitacional do município, especialmente no âmbito do Programa Pode Entrar, Modalidades e Entidades, que nós, aqui, ao final, possamos colocar em votação a necessidade, conforme foi solicitado ao conselheiro Max, por e-mail, de nós abirmos a votação para que haja uma extraordinária para o mês de abril. Então, só dando sequência nessa situação que nós vamos dialogar, conselheiros, da necessidade da aprovação dessa Ata, e, dando sequência, nós abrimos a palavra, para que vocês possam se pronunciar a respeito daquilo que for pertinente aos temas do CMH. Pode ser? Fechado? Então, o item indo para a votação. Para aprovação da apreciação e deliberação quanto à aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação. Em aprovação, permaneçam como estão.

Sr. José Tadeu: Só para ressaltar um item. Nós aprovamos o calendário, mas até encaminhando um e-mail, não fui respondido para a Executiva, para nós estarmos mudando o calendário para reuniões mensais. Nossa reunião do Pleno é bimestral, e eu gostaria de estar fazendo uma proposta para mudar o Artigo 10 do Regimento. **Sr. Secretário:** Nós podemos colocar, porque como consta em Ata, nós falamos toda essa situação. Nós podemos, depois, em segunda parte, deliberar acerca dessa sua proposta. Mas só para nós não deixarmos de encaminhar a votação, nós refalaremos a nossa situação. Para aprovação da Ata, apreciação e deliberação quanto à aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação. Em sendo aprovado, votantes, sim, permaneçam como estão. Aprovado? Aprovado, então, a Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação. E aí, ao final, nós vamos colocar as demandas pertinentes aos conselheiros. Item 2. Apresentação da síntese dos trabalhos realizados pelo GT Cortiços, com balanço das atividades envolvidas no primeiro semestre. Quem fará a apresentação são as funcionárias de DEPLAN, a Sophia e a Cristina. **Sra. Cristina:** Boa tarde. Então, hoje, eu e a Sophia, nós somos servidoras efetivas da Casa e vamos trazer um pouco para vocês como é que está o nosso trabalho referente à questão do GT Cortiços. Então, é um trabalho que a gente já vem desenvolvendo, estamos caminhando para o segundo semestre e a proposta hoje é trazer para vocês esse balanço de tudo que a gente vem realizando e, nesse segundo semestre, conseguirmos alinhar com os novos conselheiros para que vocês também venham a participar do GT, para que possamos pensar em um programa interventivo em relação à questão dos cortiços aqui na nossa região, no nosso município de São Paulo. Então, agora, para iniciarmos, eu vou passar um pouco aqui a fala para a Sophia e, na sequência, vamos dando continuidade. **Sra. Sophia:** Boa tarde. Então, obrigada por nos receber aqui. Ficamos muito felizes com a eleição dos novos Conselheiros. Bem-vindos o pessoal novo aqui de Conselho, teve gente que se reelegeu também, então ficamos muito felizes de estar aqui. E entendemos como um espaço de participação muito importante, como vocês já trouxeram, que é deliberativo, e entendemos que discutirmos as coisas aqui torna que a política toda seja mais aderente quando chegamos no público. Então, por isso que é tão importante estar fazendo esse grupo de trabalho aqui. Não à toa, estamos fazendo com a Sociedade Civil e não só dentro de SEHAB. Importante, vamos fazer essa apresentação, mas têm conselheiros, inclusive, que eram conselheiros aqui na antiga gestão e outros convidados indicados que estão por aqui também e que depois também vão vir aqui fazer as suas falas. Então, só para reiterar que teve toda essa participação também da antiga gestão do CMH. Então, apresentar para vocês rapidamente o diagnóstico propositivo que fizemos e aí só para alinhar também o conceito de cortiços com vocês. Não sei se todo mundo está a par, mas vamos passar bem rápido por essa parte. **Sr. José Tadeu:** Foi disponibilizado este material? **Sra. Sophia:** Não disponibilizamos, temos o compromisso de mandar para vocês depois da reunião. Então, o Artigo 1º da Lei Moura traz a identificação do que são os cortiços e de um jeito muito resumido: “Cortiço é um assentamento precário coletivo de aluguel.” Então, tem algumas questões que estão dentro da Lei Moura, de ser várias funções exercidas no mesmo cômodo. Tem a foto aqui, então normalmente você tem o gás do lado da cama, você tem várias questões específicas dos cortiços e de visão até de compartilhamento de banheiro, ao mesmo tempo em que você tem, muitas vezes, uma base fundiária regularizada ou com questões às vezes de espólio e de dívida, mas você tem normalmente um proprietário formal e nós normalmente falamos dos cortiços dentro também da cidade formal, da cidade formal e informal. Então, temos aqui essa definição breve, e trazer também que, apesar de ter uma definição clara do que são os cortiços, é um universo dinâmico em transformação constante. Então, tem muitos cortiços que surgem, enquanto outros cortiços somem, então, muitas vezes, falamos de áreas encortiçadas, ao invés de falar de cortiços específicos. E aí, um dos entrevistados no Censo até trouxe isso, ele falou: “Vocês não evoluem as leis? Cortiço é da época do Adoniran Barbosa, hoje é totalmente diferente, hoje são as pensões.” Então, na verdade, têm muitos jeitos de chamar os cortiços, continuamos chamando até para conseguir fazer o link com os movimentos e fazer o link com o Censo, mas a gente vê que é um universo realmente complexo e dinâmico. E aí, tem aqui uma fala do Kohara, que é um dos estudiosos sobre o tema, de impactos profundos em diferentes áreas da vida. Então, até a questão educacional acaba sendo prejudicada quando você compara as famílias encortiçadas e as não encortiçadas. Então, a gente vê que não é uma questão só que atinge a habitação, mas como a moradia é um direito primário e que isso vai afetando os outros direitos e as outras partes da vida. Algumas coisas sobre o perfil. Então, no Censo, aferimos que a maioria das pessoas moradoras de cortiços são negras, pouca diferença entre homens e mulheres, quase paritário aí, 15% são imigrantes, então é um número bem expressivo, e sempre os cortiços foram uma solução para os imigrantes que vêm aqui para São Paulo. O público recebe, em média, meio a dois salários mínimos e, apesar de ter essas coisas comuns, são demandas específicas de vários públicos diferentes.

Então, um público LGBTQIA+, que foi, às vezes, expulso de casa, mãe solo, crianças, PCDs, idosos, imigrantes. Então, apesar de queremos olhar de uma forma comum a todo mundo, também temos que respeitar as demandas e especificidades de cada grupo que está dentro do cortiço. E aí, o que entendemos do por que as pessoas vão para os cortiços? Primeiro, para se manter na região central, para não ter o gasto do transporte, porque já está vinculado aos serviços públicos. Por buscar um menor preço de aluguel, mas entendemos que ainda segue com ônus excessivo em relação ao salário e a média dos quartos, os cômodos que você pega e divide e aluga, a média é de 750 reais por quarto. Então, não é um aluguel baixo, apesar de ter essa demanda. Também, outro ponto é a questão da informalidade, de não exigir fiador, depósito, nem, muitas vezes, documentação. É uma coisa que facilita para algumas pessoas que estão na informalidade de estarem em cortiços. E uma coisa interessante que entendemos é que não é necessariamente visto como uma violação de direitos, mas uma das únicas formas de permanecer no centro. Mas, ao mesmo tempo, não quer dizer que a Prefeitura fique isenta disso. De alguma forma, todo mundo traz, que quer sim uma casa própria, que tem o sonho da casa própria, e que gostaria de oportunidades de financiamento. E aí tem uma frase que uma professora lá do Glicério trouxe, que achamos muito interessante, que é: “Apesar das pessoas conseguirem permanecer no centro, elas têm o pior do centro.” Então, não é que, necessariamente, por você estar no centro, você consiga acessar tudo o que o centro poderia oferecer em termos de serviço. Muitas vezes, você está pegando outras partes. Então, da violência, da droga, da droga, é uma situação complexa e de muita vulnerabilidade. Só para mostrar um pouco o que aparece na mídia. O que temos? Questões de incêndio. Aqui são dois casos, inclusive, de fatalidades que já aconteceram em cortiços. Porque você não tem a manutenção adequada. Não tem a separação da elétrica. E muito também sobre a desigualdade do centro. Essa questão da decadência. Porque muitas vezes são também imóveis tombados e que não tem o cuidado necessário. E aí eles começam a sublocar esses imóveis. Então, não é uma coisa bonita que a gente vê quando procuramos cortiços na internet, na mídia. Então, só para resumir essa parte do diagnóstico. Os cortiços são uma solução antiga da cidade. Então, uma solução que existe desde que a cidade de São Paulo é São Paulo. São áreas dinâmicas. E que essas coisas vão mudando muito. Não só os nomes, mas onde que é cortiço, onde que não é. São áreas com interesse imobiliário futuro. Então, muitas vezes as pessoas vão segurando aqueles imóveis porque sabem que um dia vão conseguir, que o preço da terra vai subir. Então, eles mantêm naquele momento sendo cortiço. São áreas com dificuldade de atuação por causa das regras de tombamento. As dívidas de IPTU. Então, também não é uma coisa simples da Prefeitura chegar e mexer. E entendemos que é diferente de ocupações em favelas por estarem na cidade formal. E, por isso, precisamos de um programa específico. E aqui tem um link, quando enviarmos para vocês, vocês vão conseguir acessar o diagnóstico todo que fizemos. Fizemos só um resuminho aqui para conseguirmos trazer para vocês. E trazer o que entendemos como princípio norteador da política. Esse desenho que está aí do lado é do pós-doutorado do Kohara. Que ele pediu para as crianças encortiçadas desenharem as suas casas. E o sonho que eles tinham. Então, uma das meninas colocou que gostaria de ter uma casa que fosse grande. Com muito espaço. Com uma cozinha bonita. Com um banheiro que ela se sentisse segura. Então, é uma coisa para pegarmos um pouquinho quais são os sonhos dessas crianças que estão dentro dos cortiços. E trouxemos esses princípios norteadores. Porque gostaríamos de criar, então, um programa que conseguisse preservar a autonomia das famílias. Privacidade. Identidade. Dignidade. Um convívio social saudável. Acesso aos serviços. Enfim, toda uma transversalidade do atendimento para conseguir atingir o que chamamos aqui, que às vezes está tão longe, mas do nosso bem viver. Então, como diagnóstico é isso. A Cris vai trazer um pouquinho agora do trabalho do GT. **Sra. Cristina:** Bem, feito esse diagnóstico que a Sophia colocou para nós. Então, é importante entendermos por que foi criado, então, o nosso GT Cortiços. O que acontece? Então, ao longo dos anos, se fomos pensar dos trabalhos que foram desenvolvidos dentro da Secretaria referente à questão dos cortiços, tivemos alguns espaçamentos. Ou seja, tivemos alguns programas desde a época da Erundina. E aí, ao decorrer, acabou não tendo mais continuidade. E aí a gente vê que a questão dos cortiços é uma demanda antiga. A gente está falando do modo de morar mais antigo que existe no mundo quando vamos fazer esse recorte para São Paulo. Desculpa, Brasil. **Sr. Secretário:** Só um aparte. Quando que não teve continuidade, você falou? Começou na Erundina e quando não teve continuidade? **Sra. Cristina:** A gente finalizou em 2013. Foi a última vez que tivemos alguma intervenção. **Sr. Secretário:** No governo Kassab teve, inclusive, com material. E aí, Bete França, na verdade, conduzia muito bem. E aí, no governo Haddad houve a paralisação desse trabalho, não é? **Sra. Cristina:** Exato. Então, foi a última, que foi em 2013, que findou. Então, não tivemos mais nenhuma ação contínua, um programa. Tivemos ações esporádicas. Mas a continuidade não aconteceu. E aí, a parte disso foi tendo, pela própria Sociedade Civil, a solicitação de termos um diagnóstico dessa demanda na região. E aí, fomos ao longo desse tempo, fazendo essa solicitação para conseguirmos elaborar o censo de cortiços. Então, conseguimos realizar um levantamento na região central de São Paulo, que é a região onde estava vinculada a extinta Operação Urbana Centro. Então, respeitamos esse perímetro. Foram dez distritos que percorremos, sendo sete de forma parcial e os outros três de forma integral. E, mediante esses resultados, veio a manifestação e a cobrança da Sociedade Civil. Ok, foi realizado esse levantamento. E agora? O que vamos fazer? Então, aí que se veio a questão de podermos criar um grupo de trabalho. E, a partir desse grupo de trabalho, pensarmos em ações e intervenções relacionadas à questão dos cortiços. Então, criamos o grupo de trabalho no âmbito do Conselho Municipal, justamente com o objetivo do quê? De construir, de forma conjunta, em áreas técnicas e da Sociedade Civil, uma proposta de um programa para cortiços. E aí, a partir disso, que é o nosso foco dentro do nosso GT, vamos ter alguns objetivos específicos. Esses objetivos específicos vamos permear tanto no processo de articulação em construção com movimentos sociais, se vamos pensar em uma proposta de programa, essa proposta tem que ser construída de forma coletiva. E sabemos muito bem que os protagonistas nem sempre estão aqui. Então, temos que chamar também esses movimentos para poder participar conosco aqui nesse processo. Bem, além dessa questão da articulação com os movimentos, a questão de realizar mesas técnicas para debate. Temos muito acúmulo referente aos cortiços. Então, também temos que articular com as outras gestões também que fizeram. Como fizemos recentemente, quando foi semana passada ou retrasada, que tivemos uma reunião lá em SMUL, com a Bete França, que ela também trouxe para nós todo o contexto dela e a experiência que ela teve enquanto coordenação do programa de

cortiços à época. Bem, então a gente vem aí também para refletir e analisar as possíveis propostas de intervenção e acompanhar todas as atividades que a SEHAB vem realizando, como eu falei, ações de forma isolada para também irmos entendendo como está esse movimento. Como que acontece. A nossa reunião hoje do grupo de trabalho são reuniões que acontecem toda primeira quarta-feira do mês. Ela é uma reunião na modalidade híbrida. Então, temos o pessoal que consegue vir até aqui para fazer a reunião de forma presencial e as pessoas que estão aí de forma online. Então também isso daqui já dá certa mobilidade para as pessoas conseguirem participar dessa reunião. E a reunião tem duração média de uma hora e meia. Bem, então esse daqui é o nosso atual quadro da questão da composição dos nossos membros aqui do GT. Então, a gente vem com os Movimentos Populares, Sociedade Civil e o poder público. Haja vista que agora tem uma nova gestão, a nossa proposta é que consigamos aí trazer também mais pessoas para somar nessa discussão. E aí dentro do nosso grupo de trabalho também trabalhamos muito na questão do OneDrive, na questão de partilhar todo o conteúdo que a gente vem desenvolvendo. Então todos que são membros do GT, eles têm acesso às pastas e fazem as contribuições para materializarmos. Bem, e aí chegamos no ponto para falarmos da questão de uma política, o ciclo da política pública. Por que estamos dizendo isso? Quando começamos a entender que temos um problema, e é um problema antigo, como a questão dos cortiços, fizemos a primeira parte que foi o diagnóstico. Fizemos lá um levantamento de forma parcial, mas ok, trouxe uma caracterização para nós. Na sequência precisamos vir junto com a gestão e inserir isso na pauta. Foi o que a gestão fez. Falou ok, a gente compreende essa demanda e há de fato essa necessidade. Feito isso a gente parte para quê? Para soluções. E é aqui que estamos nesse momento aqui enquanto GT. A pensar em soluções, em alternativas para um programa de intervenção em cortiços. E a partir dessas soluções vamos ter a tomada de decisão. E a tomada de decisão é gestão, mais a Sociedade Civil, mais os Movimentos Populares. Ou seja, estamos falando aqui do grande Conselho. Para passarmos por um processo de planejamento e sim vir um processo de implementação, se tudo ocorrer bem. E aí a gente passa, quando começamos a implementar um programa futuro, um processo de monitoramento e avaliação. Então, é esse ciclo que a gente vem pensando e estamos aqui desenhando dentro do nosso GT Cortiços. Então pensar o quê? Que já estamos dentro de uma política, uma política macro. O que eu estou falando? Por exemplo, da política nacional de habitação. Uma política aí desde 2004. E a partir dela vamos bebendo que vão ser elaboradas políticas sociais e programas. Então é entender que a partir de uma política macro vamos conseguir desenvolver um programa que esse programa, ele tem que ter diversas linhas. Por quê? Porque estamos falando de uma diversidade que tem, que reside em cortiços. Então não dá para ser só de uma forma. Então temos que pensar tanto para aquela mãe solo, temos que pensar qual a ação que vamos lidar com as pessoas que de fato querem para além, não querem só residir ali no cortiço, querem chegar à sua propriedade privada. Têm as pessoas que têm interesse em manter um processo de locação social. Então são várias demandas que foram surgindo. Por isso que a gente fala, pensar num programa de intervenção é pensar a realidade. E os protagonistas são as pessoas que residem nesses cortiços. Eles têm que ser ouvidos para que de fato consigamos encaminhar um programa que esteja de acordo em consonância com essa realidade. Bem, e para isso o que fomos desenhando? Nós estamos aqui, desenhamos cinco etapas do nosso trabalho. Na primeira etapa foi todo um processo de alinhamento, ou seja, vamos retomar, vamos pesquisar, vamos estudar tudo o que já foi feito. Na sequência o diagnóstico, vamos ver aqui certinho, ou seja, quais são os eixos de análise que podemos trabalhar. Vamos entender qual foi a forma de avaliação dos programas anteriores, o que deu certo, o que não deu certo. Tanto que fizemos discussão também com outros municípios, com Santos, que dialogamos bastante com eles para entender como que eles desenvolveram esse programa de cortiços lá, em que pé que está. Bem, e aí chegamos aqui no nosso item três, que é a questão da alternativa de solução. Que aqui a gente vem e quer muito que os novos conselheiros venham a compor para conseguirmos de fato materializar as alternativas para um possível programa de intervenção em cortiços. E aí a gente vem para a quarta etapa e a quinta. A quarta são todos os processos de desenvolvimento. Vamos alinhar quais são. A partir do momento que alinhamos quais são essas propostas, aí de fato vamos vir aqui definir da melhor forma e chegando ao nosso plano de ação, que é o que queremos com esse GT. Bem, só para vocês terem um panorama geral, aqui trouxe o primeiro semestre de trabalho do nosso GT, que ele vem além dessas reuniões mensais, a gente também inclui visita técnica. O que é isso? Então, de fato, vamos até o território, visitamos alguns cortiços para entender também aquela realidade, porque há especificidade mediante cada cortiço. É importante também estarmos lá próximos para acompanhar. Eu fiz parte, junto da coordenação, do Censo de Cortiços. Então, eu percorri os diversos distritos que foram feitos esse levantamento também. Bem, além da questão da visita técnica, temos aquela mesa técnica que chamamos pessoas de outros anos que participaram dos programas anteriores de cortiços justamente para dialogar conosco e trazer também as experiências. Quando estamos aqui no nosso segundo semestre, que é a nossa fase de formulação que chamamos, continuamos nessa linha da questão de ter os nossos encontros mensais. Além de ter os nossos encontros mensais, também retomamos o processo de visita técnica, onde os membros do GT também indicam cortiços para podermos ir visitar e entender mais ainda e aprofundar. E, por fim, quando ainda estamos nessa etapa de março, abril. Com a aprovação aqui da nova gestão, a gente vem fazer esse chamamento com vocês, para que vocês venham compor aqui esse trabalho, para que consigamos dar continuidade. E o dar continuidade é justamente aprofundarmos essas discussões. Porque aqui tem muitas pessoas com muita experiência referente a essa temática e há essa necessidade. E aí temos aqui, como na terceira fase, a questão de conseguirmos, a partir do momento que desenhamos esse plano de intervenção, conseguirmos fazer audiência pública para mostrar o que conseguimos desenhar enquanto coletivo. E aí a proposta é justamente de termos esse apoio para o planejamento e a elaboração. E, por fim, final de semestre, conseguir apresentar aqui para todos qual foi o programa que desenhamos. Bem, aqui é só para vocês terem uma ideia, não vou me ater aqui a cada uma, para vocês virem a dimensão que todo o grupo de trabalho percorreu na questão da esfera do conhecimento. Então fomos atrás dessas políticas, ou seja, quais foram as intervenções que ocorreram, a questão dos programas e as legislações que tratam da questão de reforma habitacional, a questão do locação social. Se pensarmos a locação como uma alternativa, o que a legislação está trazendo para a gente? A questão das políticas específicas para acolhimento, a depender da situação que chegarmos dentro do cortiço, o que podemos ter como alternativa, a questão da requalificação urbana, ou seja, como que podemos pensar no

processo de requalificar aqueles cortiços. Qual é a legislação que se tem? É um retrofit que pode dar uma solução? Temos que dialogar. O processo de regulação e financiamento, como que se dá o processo de fiscalização, da questão das vendas, das próprias HIS, como que podemos que essa população também de cortiços vire essa demanda também para a HIS. Enfim, e outros que fomos também trabalhando para entender a questão da tarifa social, se o pessoal que é encortiçado, as pessoas que residem em cortiços, se elas têm direito também a ter esse tipo de tarifa. Então, fizemos toda essa trajetória, essa discussão justamente para materializarmos alguma ação. Bem, fechando aqui com vocês. Então, pensar numa ação de intervenção em cortiço, é pensarmos principalmente que queremos garantir pelo menos o mínimo de parâmetros de habitabilidade para aquelas famílias. Porque tem situações bem complexas dentro dos cortiços. É entendermos que a partir do momento que vamos implementar um programa, que também não haja possíveis abusos contratuais. Então, agora fizemos uma intervenção, melhorou a questão dos cortiços, teve uma requalificação, vou aumentar o meu valor do aluguel. E essas famílias vão para onde? Então, também temos que pensar como que vamos lidar com essa situação. E a partir disso, a questão da regulação desse mercado. Então, como nós quanto Poder Público podemos fazer uma intervenção nesse mercado, que é o mercado privado. Estamos falando de uma propriedade privada, onde as pessoas residem em uma situação denominada enquanto cortiço. **Sra. Sophia:** E aí lembrando, nesse último ponto que a Cris falou, o quanto que a precariedade muitas vezes é lucrativa. Então essa ideia de olhar para o mercado privado é que de fato que tenhamos as condições mínimas de habitabilidade para você poder alugar um lugar. E poder ter contrato, tem coisas mínimas que temos que tentar defender. E aí pensando, colocamos lá os nossos objetivos e aí trazemos aqui o nosso Plano Municipal de Habitação de 2016, que ele já previa um atendimento aos cortiços olhando tanto para a população, quanto para a adequação das condições da moradia. Então, temos que olhar para os imóveis e temos que olhar para as pessoas. Às vezes junto ou às vezes de forma separada. E aí alguns alinhamentos de coisas que temos entendido até hoje. Primeiro, não vamos conseguir extinguir os cortiços e a precariedade. Isso é uma coisa muito maior do que conseguimos fazer nesse momento. Então entendemos que tem um olhar muitas vezes de redução de danos. O que conseguimos fazer nesse momento e o que é mais importante de priorizar? Segundo, não precisamos inventar a roda. Então por isso que estamos olhando para as políticas anteriores e aprendendo com o que já foi realizado. Não queremos gerar expulsão das famílias. Então, não adianta conseguirmos fazer com que eles sejam obrigados a reformar e aumentar o valor, como a Cris já falou, e expulsar essas famílias. Ainda, a realidade muda o tempo todo. Como já falamos, é uma realidade muito dinâmica. E precisamos propor algo também que é aderente a esse momento político. Qual é a quantidade de recursos que temos? O que está sendo oferecido? Quais são as linhas e as políticas que já temos hoje em dia? E por último, que a população tem que ter as suas especificidades respeitadas. Então por mais que façamos o que é possível da Secretaria fazer, temos que estar sempre olhando e prezando para que consigamos fazer o que a população de fato quer enquanto moradia. Então, tem muitas coisas para discutirmos. Estamos trazendo só para vocês terem um gostinho e quererem continuar discutindo isso conosco. E é difícil de pensarmos como que conciliamos a preservação da memória desses lugares tombados, a garantia de uma boa habitabilidade, a permanência da população em áreas valorizadas. Como que a gente faz? Se vamos incentivar o setor privado a fazer adequação ou se vamos fiscalizar e fazer valer a regra. Se vamos investir em imóveis privados ou como que fazemos isso para ter o retorno ao valor público. Como que conseguimos transferir valor para conseguir receber isso de volta. Como que pensamos em políticas de aluguel social ao mesmo tempo em que tem o sonho da casa própria. Então, são várias questões complexas para a gente seguir discutindo. E aí, só para também não assustar vocês, que assim, tem uma parte que é um trabalho nosso, que nós como servidor, temos que fazer isso. Estamos aqui no nosso horário de trabalho fazendo essas organizações. Não quer dizer que vocês enquanto conselheiros vão ter que olhar para tudo isso e ficar trabalhando 40 horas por semana no GT de Cortiços. É principalmente para vocês participarem nas reuniões, e aí nas reuniões vocês vão trazendo essas discussões e nós aqui vamos fazendo o nosso trabalho de sistematizar. E aí aqui eu queria trazer para vocês, só para vocês verem um mapinha de ideias, de soluções que fomos trazendo. Não vou entrar em cada uma delas, mas a gente quis colocar aqui que daqui para lá é do menos abrangente para o mais abrangente. Então, aqui estamos falando de coisas, vamos falar só da zona central, e lá estamos falando então da cidade inteira. E de baixo para cima, de menos estruturante a mais estruturante. Então, menos estruturante é talvez uma tarifa social que ajude um pouco lá no ônus excessivo do aluguel. E mais para cima é às vezes pensarmos mesmo em outras formas até da provisão do locação social. Então, fomos tentando colocar um pouquinho as soluções dentro desse mapa para começamos a enxergar o que a gente estava, de fato, conseguindo concluir. E aí chegamos principalmente em quatro coisas, em quatro frentes que podem virar soluções, mas que estamos discutindo muito isso, e queremos seguir discutindo com vocês, que é, possivelmente, um parque privado de locação social específico para cortiços. Dentro do Pode Entrar já existe uma normativa que poderia ter isso, mas aí temos que entender todas as consequências e efeitos dessa decisão. A adequação dos imóveis, que poderia ser tanto com incentivo e financiamento do Poder Público, quanto uma coisa só que o privado é obrigado a fazer. Uma imobiliária pública para regularizar e promover uma forma mais saudável nessa regulação do mercado. E uma provisão pública e privada que já existe, mas que poderia também ter uma coisa específica para essa faixa salarial que é baixa, mas muitas vezes é um pouco mais alta do que a nossa demanda daqui, mas que poderia também ter um HIS2 a 3, por exemplo, no caso deles. E aí, junto com isso, acho que fomos entendendo também, conversando com as áreas aqui de SEHAB, que não tem como olhar para essas coisas sem ter um trabalho social adequado, porque precisamos dessa articulação com serviços públicos. Não tem como fazer isso sem ter uma fiscalização mínima de que de fato as adequações estão sendo feitas e o valor do aluguel, por exemplo, está sendo respeitado. E uma assessoria técnica de quais são essas adequações. E não estamos falando necessariamente de grandes adequações, às vezes é isso de separar 110 de 220, de tirar o gás de dentro da casa. Então, muitas vezes não vamos resolver todos os problemas, mas queremos eliminar o máximo de riscos para não ter fatalidade e as pessoas poderem viver com dignidade. Mas, então, só para mostrar que seria um pouco da ideia e um dia, um dia em breve, ainda este ano queremos chegar num plano mesmo. Então, aqui demos um exemplo, no caso aqui é o Plano Nacional de Segurança Pública, mas pensando num programa, precisamos ter quais são as linhas, qual que é o

objetivo. Então, estamos nesse momento de pegar tudo que aprendemos, tentar sistematizar e chegar em breve com um programa aqui, junto com vocês aqui do CMH. E aí, colocamos algumas fotos nossas. Eu ia pedir até para os conselheiros que fazem parte do GT, se puderem vir aqui à frente. Então, já temos feito esse trabalho aqui e precisamos da participação de vocês. Então, colocamos também a fotinho aqui de vocês lá na posse, inclusive estávamos acompanhando. Tivemos essa participação no ano passado, mas nós em alguns momentos sentimos falta de alguns conselheiros, e queríamos realmente reforçar que queremos fazer isso junto com vocês, queremos fazer não só com vocês conselheiros, mas com todo o público que mora em cortiço, porque achamos que isso realmente é o que vai fazer com que o negócio funcione. Então, queria chamar, pode vir para fazermos umas falas finais, só para vocês conhecerem, para quem não conhece. O pessoal que está trabalhando muito aí conosco. Então, vou passar a palavra aqui para o Nelson. Obrigada. **Sr. Nelson:** Boa tarde. Eu sou o Nelson Saule Júnior. Eu estive como membro aqui do Conselho, como conselheiro pela OAB, e em razão disso que eu fui para participar do grupo de trabalho pelo Conselho, quando foi indicado pelos conselheiros. Então, estou aqui agora mais na condição de membro do GT, porque tem outro colega agora, que é o Edilson, que está aqui como conselheiro representando da OAB. Uma pergunta, por questão de curiosidade. Quem aqui já foi em um cortiço? Isso é bom. Já tem pessoas que conhecem a realidade como é. Porque acho que um primeiro passo, que talvez seja importante para quem está aqui no Conselho, seja entender melhor essa realidade do que realmente é a vida das pessoas que moram nos cortiços, que é uma questão bem, a meu ver, é uma situação que lesa a dignidade da pessoa humana, as condições como as pessoas moram nesses imóveis. Bom, rapidamente, eu queria dizer que essa questão do enfrentamento do problema dos cortiços, para pensar num plano programa, eu tenho colocado isso no grupo, que primeiro, acho que um pouco diferente talvez, de um programa de construção de habitação, talvez de urbanização de uma favela, nos cortiços, precisamos pensar em vários instrumentos de intervenções, porque são realidades que podem ser pensadas de formas diferentes para efeito de buscar tanto a garantia de uma qualidade de moradia para quem vai morar de habitação coletiva de aluguel, e também para efeito da garantia de uma condição adequada desses imóveis. E tem um fator diferente, porque na questão dos conjuntos habitacionais, das favelas, normalmente se pode fazer a intervenção por parte do poder público, principalmente porque favelas, a maioria aqui em São Paulo, são públicas, municipais, tem mais de mil favelas situadas em áreas públicas, como é o caso do Heliópolis. Os cortiços são propriedade privada, não tem nenhum imóvel público sendo alugado como cortiço pela Prefeitura. Então tem um fator diferente que precisa ser considerado, é como fazer essas intervenções na perspectiva de um imóvel que é uma propriedade privada. Eu acho que é importante pensar na diversidade de aplicação de instrumentos, pode até ser uma desapropriação, que é um instrumento tradicional que se faz para conseguir uma terra, para construir um conjunto habitacional, de repente desapropria o imóvel também para fazer uma reforma. Tudo bem, mas esse é o modelo mais tradicional que temos há mais de 60 anos utilizando aqui no município de São Paulo. Mas tem que pensar outros. Por exemplo, a questão, se não é o caso de pensar que esses imóveis venham a ser transferidos para uma gestão do poder público, através de uma concessão de uso, através da transferência do direito de superfície, e ficar para fins do município fazer a gestão, e dar algum benefício para os proprietários, como a transferência do direito de construir. Enfim, tem vários mecanismos, é claro que não dá para aprofundar agora aqui. Mas eu queria dizer que é importante pensarmos num plano com uma diversidade de instrumentos. E uma segunda, que eu acho que é importante, todo mundo aqui, a maioria, acho que está envolvido em algum programa habitacional aqui, pelo menos todos os movimentos. Vocês têm assistência técnica, certo? Que faz parte até dos recursos. Então, acho que uma coisa importante para pensar para os moradores de cortiço é também essa questão da assistência, que vai principalmente da jurídica, por causa da lesão que essa população sofre, muitas dessas famílias são despejadas, sem ter direito de acesso à justiça. E a questão social, como foi relatado, e a técnica, como é o caso da Atis. Então, talvez pensar também no plano, um programa de assistência para essa população, acho que é uma questão fundamental, como já tem para os programas de produção de moradia, para urbanização de favela, regulação fundiária. Eu queria ressaltar isso, principalmente como sou advogado e atuei por uns dez anos com essa questão dos cortiços, há muito tempo, essa problemática continua, da questão dos despejos, de como são exploradas essa população nessa condição de moradores de cortiços. Então, rapidamente, era isso que eu queria aqui depor. E também acho que seria muito importante mesmo ter uma participação dos colegas nesse grupo, porque a questão dos cortiços é a situação de moradia nas cidades brasileiras, que é o que menos se conseguiu enfrentar até hoje, diferente de como é a questão das favelas, das ocupações, produção habitacional, até reformas de imóveis, os cortiços continuam ainda uma situação bem precária. E eu acho que é muito importante o Conselho, como está começando a entrar com força e com energia para enfrentar essa problemática. Obrigada. **Sra. M. dos Anjos:** Boa tarde. Sou Maria dos Anjos, já fui conselheira, estou substituindo um colega que estava no GT desde o ano passado, sou do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. E o Nelson perguntou quem conhece o cortiço. Eu não levantei a mão, porque eu sou uma ex-moradora de cortiço. Eu tenho toda a propriedade para falar e dizer. E acompanho aqui dentro desta Casa todo o programa de cortiço desde o governo da Luiza Erundina. E vejo, não me canso de lutar, de estar junto, porque eu sei o que é isso, sei qual é a problemática, sei qual é a importância de olhos fechados. Porque aquilo que vivemos, que sofremos jamais esquecemos. E sempre queremos o quê? Melhoria. Se eu achei melhoria para a minha vida, eu acho que tem muita precisando, muita, muita gente precisando. Porque a problemática do cortiço não é fácil mesmo. E é como eu disse, se vocês estiverem dispostos a nos unir conosco e vir de frente, olhar, mergulhar de coração, acho que vocês são bem-vindos no grupo. Obrigada. **Sra. Sonia:** Sonia Francine, eu represento a COHAB junto com o vice-Presidente, o Nunes Peixeiro. Acho que o importante é o que a Sophia falou, que não precisamos inventar muita coisa. Provavelmente tem que inventar alguma coisa, mas tem que olhar muito para as experiências que já aconteceram. Como várias pessoas já mencionaram, teve esse primeiro programa no governo da Luiza Erundina, Hermínia Maricato era Secretária de Habitação, depois um intervalo, aí na gestão Serra/Kassab, um programa importante também, a Bete França era a Secretária. E a CDHU tinha um programa de cortiços muito importante, muito longo também, atravessando várias gestões, inclusive por ser um contrato com o BID. Então ele tinha metas, tinha um programa mesmo que não era de uma determinada gestão, e esses três em si já dão uma boa ideia do que pode ser feito, inclusive porque não precisa escolher

uma coisa só a ser feita. Uma modalidade que ocorreu nos três programas, principalmente na gestão Erundina e pela CDHU, desapropriação e construção. Desapropria, constrói unidades, e aquelas pessoas moram ali, inclusive outras pessoas de outros cortiços próximos moram ali também. Então essa é uma das soluções. Outras é a exigência de que o proprietário em si faça a reforma e garanta que as pessoas vão permanecer depois que o benefício não seja só para ele. A opção da carta de crédito, a opção do auxílio enquanto o cortiço está sendo reformado. Tudo isso, em algumas medidas, já foi praticado. E tem uma previsão que foi feita em uma resolução do Conselho, no dia 27 de dezembro de 2004, que previa a possibilidade do financiamento para o proprietário fazer a reforma, desde que ele assinasse o contrato garantindo que as pessoas pudessem ficar 30 meses, e que o aluguel fosse mantido naquele período. Então até coisas que chegaram a ser escritas e nunca saíram do papel, portanto, em alguma medida elas foram, são novidade ainda, já foram pensadas antes, mas não foram colocadas em prática. Acho que foi o Nelson que já falou, e aí podemos, afinal de contas, tirar isso do papel? Isso é realmente possível? Então, todas e todos convidados a participar das nossas reuniões. Muito estudo, é muito legal mergulhar em tudo isso que já foi feito, e não só em São Paulo, Santos também, a CDHU atuou lá, e outras cidades, por sua própria iniciativa. E a partir disso, então, inovar onde tiver o espaço ou a necessidade disso. Muito obrigada. **Sra. Sophia:** Gente, então só para reforçar o convite, como a Cris já falou, nas primeiras quartas do mês, então no próximo vai ser no dia 1º de abril, e vai acontecer de verdade, apesar de ser o dia da mentira. E já queremos fazer, então, em abril, uma visita técnica, para que todo mundo que entre agora também consiga fazer conosco. E aí depois queremos marcar, para apresentar com calma para vocês, que forem participar, tudo isso que estudamos. Eu entendo que temos que fazer o voto para manter o GT, e também essas indicações. E aí só queria fazer uma fala final, que para nós é uma honra poder trabalhar com isso, e com pessoas que já fizeram, e estão nessa luta há muito tempo. Então, na própria mesa técnica, tivemos servidores que já se aposentaram, e toparam vir aqui, e ficaram felizes que seguimos trabalhando aqui. Inclusive, para nós é uma honra ter o Nelson, ter a Maria dos Anjos aqui, que estão também nessa luta há muito tempo. Então só queria pedir uma salva de palmas para todo mundo que tem feito esse trabalho. Obrigada. **Sr. Marco:** Marco Antônio, na titularidade do Sindicato dos Arquitetos. Bom, é um programa isso aqui. Então eu vejo que é um programa, e está vinculado a uma coisa maior. Aí você tem lá o Plano Municipal de Habitação de 2016. O próprio Maksuel já levantou essa coisa, e o nosso colega lá também levantou. São dez anos que esse plano foi feito. Ele atende atualmente ou não? Essa é a primeira questão, que você está fazendo um programa com dez anos de um plano. Segunda questão. Dentro do Plano de Habitação, você tinha as demandas por habitação. Excesso de aluguel, insalubre, cortiço, etc. Quanto representa isso? Dentro disso, você tem o orçamento municipal para a habitação. Quanto está sendo utilizado nisso? Então, para mim faltaram essas informações. Por que eu coloco isso? Fazemos planos nesse país, e esses planos acabam ficando engavetados. Eu lembro no PLANAB, lá atrás, quando se começou a discutir o PLANAB, o que aconteceu? Veio Minha Casa, Minha Vida, e esqueceram do plano. Fizemos os PRIS, Plano Local de Habitação e Interesse Social. Qual a resposta de cada município sobre isso? Eu sei por que eu trabalhei no município aqui da Grande São Paulo, fiz o PRIS, coordenei o PRIS lá naquele município, e hoje eu não vejo o resultado daquilo. Nem a revisão. Então, quando o Maksuel fala de fazer a conferência, é para recolocar as questões dos dez anos atrás, se são pertinentes hoje. Hoje temos uma moradia de rua muito grande. Será que não supera os cortiços? Será que não estamos enxugando gelo, tirando de um lado e pondo para o outro? Precisa analisar isso com um pouco mais de calma. Eu também sou técnico, eu sei o que vocês passaram, agradeço esse trabalho, que é importante podermos ter esse tipo de coisa para podermos começar a questionar e discutir. Só isso. **Sr. Maksuel:** Primeiramente, eu quero parabenizar a equipe que apresentou, apresentação muito bem colocada. Parabéns pelo trabalho, pela dedicação. Parabéns para o doutor, que esteve junto conosco, ajudou e contribuiu muito com a criação do conteúdo que vimos. Sobre o que o Marco acabou de colocar, realmente precisamos consolidar um plano, principalmente por isso que nós temos a proposta da conferência, que vai ser estudada pelo nosso Secretário, que está presidindo, juntamente com o Sidney, com o Presidente da COHAB, para que o GT tenha um resultado efetivo, ele realmente entre no calendário de atendimento da cidade. Quando falamos do Plano Municipal de Habitação, ele vem desse encontro. Quando você falou sobre a questão do programa Pode Entrar, o programa Pode Entrar depende, pode ser até criado o programa Pode Entrar Cortiços especificamente para as melhorias, para requalificação. Estamos falando também de patrimônio público histórico. Muitos prédios que estão nos centros são patrimônio público histórico. Então exige um estudo de viabilidade técnica, pública, histórica, com autorizações específicas, até para reforma. Você tem uma condição de moradia, que inicialmente não era a condição desse prédio, mas hoje você tem uma realidade que eles foram adaptados para moradia. E como fazer isso? Acho que o Plano Municipal de Habitação, que há dez anos está em discussão, não temos ele efetivamente, perdemos esse momento de discussão do Plano. Naquela época, é importante colocar, foi uma questão até política, e ficamos muito chateados por isso. Na época, fui juntamente com a Elisabete França, que estava no plenário da Câmara Municipal, tive a oportunidade de sentar na cadeira da Presidência da Câmara Municipal para discutir o Plano, e, por sentido político, não conseguimos avançar com essa questão do Plano Municipal. Então, vemos a importância deste Conselho de voltarmos a discutir primeiro a Conferência das Cidades, e depois especificamente conversar e construir o Plano Municipal, e englobar essa questão do GT de Cortiço, da política habitacional para os encortiçados, para que possamos criar uma proposta, uma solução efetiva. Muito obrigado. **Sra. Sophia:** Só trazendo um retorno, em relação ao Plano Municipal de Habitação, como o Maksuel trouxe, ele não foi aprovado, mas já tínhamos lá uma previsão de um programa específico, então é um dos programas que analisamos, e podemos seguir nessa discussão, e concordamos. Quanto mais pudermos fazer isso articulado com os outros programas, melhor. E sempre olhando para os efeitos. Não queremos gerar expulsão, não queremos que esse público vire outro público vulnerável. Então, acho que é sempre ter todos esses cuidados. Só queria trazer também um ponto, eu entendo que os titulares e suplentes podem participar do grupo, e podemos ter convidados e indicados também. Então, caso vocês queiram indicar, tem uma pessoa que não está no CMH, mas que queremos que siga nessa discussão conosco, tanto que, na mesa técnica, abrimos para a população, e teve gente da Sociedade Civil que veio, porque é uma reunião aberta. Claro que a deliberação do programa vai ser aqui, via CMH, mas o grupo é aberto. **Sr. André:** Boa tarde a todos e

todas. Meu nome é José André, participei da sétima legislatura aqui do CMH, e fui conselheiro do CMPU. Eu tenho algumas observações a fazer, questões que merecem aqui o devido destaque. Primeiro, a questão do regimento interno, ela diz sobre a questão do envio da documentação material para os conselheiros antes das reuniões. Então, seria muito importante que essas apresentações, e apresentações futuras, possam ser enviadas para os conselheiros, até para que nós possamos enriquecer as discussões, e até o fórum dos conselheiros aqui possa até fazer as proposições, e numa economia até de discussões e celeridade. Então, a primeira observação que eu faço é essa, que toda apresentação, de forma antecedente, possa ser enviada por e-mail para os conselheiros. O segundo ponto que eu observo do GT, primeiro parabeno toda a equipe que fez a apresentação, mas eu tenho que fazer algumas observações. Tenho que fazer o chato aqui. Primeiro, ela não cumpriu a questão da resolução que deu início ao GT. Por quê? Foi marcado o prazo de 12 meses, em seis meses deveria apresentar a proposta do programa. Então, isso não foi apresentado. Eu esperava aqui, já que eu não tive acesso, porque não foi enviado para os conselheiros, que nós tivéssemos um diagnóstico mais apurado sobre essa tipologia. Quantas famílias estão através do Censo de Cortiço? Quais estão em área de risco? Então, isso não foi feito. Então, haveria necessidade de nós termos acesso, por exemplo, às Atas de reunião. Cadê as Atas de reunião do GT? Cadê o relatório? Por quê? Começou em junho de 2025, já no final, próximo à eleição do CMH, quem era o coordenador desse GT, deveria ter imaginado, eu vou deixar um legado, que é o relatório, para quem está seguindo, para não começar do zero. Então, isso não foi apresentado. Então, essa é a sugestão que eu faço para o GT, que acho que tem menos de seis meses, porque foi marcada a data de 12 meses. Então, parabeno mais uma vez, mas os fatos, o relatório não foi apresentado, não tem Ata, o material não foi enviado. Então, nós precisamos de um monitoramento mais constante, um diagnóstico para ser apresentado para este plenário. O terceiro ponto que eu faço aqui a observação, para que nós não venhamos criar mais uma gaveta, e esquecer, já ratificando as palavras do nosso companheiro Marquinho do Sindicato dos Arquitetos. Por quê? Nós temos o Plano Municipal de Habitação. Aí, na sétima legislatura, nós criamos aqui o Pode Entrar, que foi uma luta tremenda, e a Conferência Municipal da Cidade que foi paralisada e suspensa pela questão da Covid, que era para ser retomada. Lá no Pode Entrar já tem um capítulo sobre locação social, sobre várias outras coisas. Então, nós estamos tratando a cidade de São Paulo de forma fatiada. Nós temos decreto na cidade de São Paulo que permite, senhores conselheiros, atendimento pela COHAB, pela SEHAB, para famílias de até 20 salários mínimos, que é um absurdo, que está contra a Lei do Pode Entrar. Então, nós temos que parar de fatiar. Cada tipologia, tentar criar seu plano, uma conversando com a outra. Para tentar encontrar o quê? Uma interdependência, intercalar essas políticas, criar uma forma de uniformizar, ter uma coerência através de um Plano Municipal de Habitação. E nós precisamos, urgente aqui, senhores conselheiros, votar a criação de um GT de discussão da Conferência Municipal da Cidade, retomar, e também do Plano Municipal de Habitação. Por quê? Porque cada situação dessa, cada tipologia dessa, regularização fundiária e outras mais, lá vai ter um título, vai ter um capítulo específico de forma integrada. Por quê? Conforme foi falado aqui pelo doutor Nelson, existem várias soluções, mas nós precisamos estar garantidos isso aí no orçamento. E só o Plano Municipal de Habitação vai poder garantir isso. Muito obrigado e agradeço. **Sra. Vera:** Boa tarde a todas e todos. Verinha, UMM, Zona Oeste. Primeiro, parabeno a equipe, de fato, uma apresentação e a história muito bonita. Por quê? Quando começou o cortiço. Mas eu queria reforçar, gente, a minha área de militância no movimento de moradia, ela começa aqui na Barra Funda, vai até Perus. É uma área muito grande. E quando falamos de cortiço, falamos muito da área central. E não é verdade isso. Infelizmente, os cortiços estão na periferia também. Eu falo isso porque eu conheço, eu conheço aquela região, vou começar por aqui muito rápido, a região da Barra Funda, que era uma área boêmia na década de 80, de 90. Se você, hoje, você vê aqueles casarões, inclusive a sede do nosso movimento, Secretário, é um antigo casarão que tem lá em 1939, se não me engano, que é a sede nossa, mas no entorno tem vários casarões, mas o pessoal não fala que é cortiço, fala que é pensão, usa como pensão. Não sei se vocês já ouviram isso. Então, eu acho que essa questão tem que ser retomada, não só na questão da área central, mas principalmente nas periferias, porque cada dia que passa, não é mais favela que está sendo feita, não é mais ocupação, são os cortiços que estão sendo criados. Onde a Verinha mora, está virando aquele puxadinho. **Sr. Secretário:** E na placa está escrito na frente da pensão: “Só para rapazes.” A maioria. **Sra. Vera:** Mas tem muitas famílias, eu falo, Secretário, porque eu conheço, posso até citar nomes, que eu já andei em vários cortiços, que eles falam que é pensão, ali na Barra Funda, que são quartinhos de 20, 30 metros, sem banheiro, sem janela, em condições insalubres totalmente. Inclusive, se eu puder ajudar a avançar nessa discussão de indicação, coloque-me à disposição, não só na Barra Funda, como em outros lugares, para que comecemos de fato a discutir e retomar esse... Acho que é uma saída que também temos para viabilizar moradia com qualidade de vida. Obrigada. **Sra. Cristina:** Gente, primeiro eu quero agradecer todas as contribuições que vocês trouxeram aqui para nós. Referente às Atas, todas as nossas Atas, elas são publicadas em diário oficial. Podemos pensar também em alguma estratégia, colocar todas no link só, para que vocês tenham acesso, que possam acompanhar. Essa fala da Verinha referente à questão de entender que esses cortiços não são só na região central, com certeza entendemos que há uma expansão dos cortiços nas franjas urbanas da cidade. E focamos muito na questão central, porque foi onde fizemos o último levantamento dos centros de cortiços. E a ideia que temos é que consigamos futuramente fazer um levantamento na cidade como um todo, para termos de fato esse diagnóstico. E a questão do próprio regimento interno. Como estávamos precisando que tivesse esta reunião, para que vocês pudessem entender o que estamos fazendo. E, após isso, para conseguirmos fazer essas alterações e trazer o relatório, um balanço maior referente a todas as atividades que realizamos aqui no grupo de trabalho. E é muito importante também a fala que o Maksuel colocou da questão da vinculação. Da vinculação em que sentido? Não pensarmos num programa isolado. Temos que pensar num programa já dentro de um plano. E aí, quando falamos de um Plano Municipal de Habitação, temos que pensar e desenhando também esse programa. Tudo bem que entendemos que lá no Plano já tem um desenho, e podemos deixar esse desenho um pouco mais robusto a partir das discussões que a gente vem realizando. E as apresentações, vamos encaminhar para a Maria Helena, para que ela possa repassar para vocês o que discutimos hoje. **Sr. Maksuel:** Não vou falar mais, mas só uma recomendação para o Secretário. Posteriormente, quando o senhor colocar para a votação, o senhor também abre para a indicação e para a consolidação do novo GT. Por favor.

Sra. Simone: Queria parabenizar o grupo. Sophia, Cristina, Nelson, Maria dos Anjos, Soninha. É muito bom ver gente tão capacitada trabalhando nesse tema tão importante. Eu, além de ser representante do IAB no Conselho, eu também sou Diretora e Presidente do Fundo FICA. O FICA também contribuiu bastante através do Renato no início dessas discussões sobre o Censo de Cortiços. O FICA tem um programa de cortiços, então é nosso total interesse contribuir, coloco-me à disposição. Eu concordo com todos os conselheiros que se remeteram tanto à Conferência, quanto à necessidade de desenvolver e aprovar, acho que tem que revisar, porque é um plano de 10 anos, o Plano Municipal de Habitação. No entanto, eu acho que é importante que nós como Conselho e como gestão, pense também que não é necessário esperar o Plano Municipal de Habitação estar aprovado para trabalhar com esse tema. As pessoas estão empobrecendo, morrendo, correndo risco nas suas casas. O problema de cortiços é muito estrutural e sério na cidade. Então é possível também a tal da vontade política para implementar e começar a trabalhar com esse tema. E faço uma pergunta também. Queria saber, se isso foi levantado pelo GT, se existe previsão orçamentária para trabalhar com esse tema de cortiços neste ano. Não sei se o subsecretário pode responder, mas o quanto seria importante que pautássemos essas urgências da cidade dentro do Plano Municipal de Habitação, senão vamos estar sempre à espera de um plano sendo aprovado para tratar de temas tão urgentes. Obrigada. **Sr. Secretário:** Bom, pessoal, quero agradecer. Também, em cima da palavra da Simone, precisamos entender um movimento social do envelhecimento da sociedade. Antigamente você não tinha muitas pessoas de idade morando nesses espaços. Hoje você tem muitos idosos. A gente, inclusive, vem debatendo isso com o Conselho Municipal do Idoso, a necessidade de ampliação de políticas habitacionais para a terceira idade, uma vez que muitos desses idosos acabam, muitas vezes, não tendo nem família. Então, ampliando isso para poder avançar nessa política efetiva de moradia para que possamos entender o reflexo hoje, da fotografia de hoje, que, com certeza, teve muito desenvolvimento, mas que possamos, inclusive, com o PMH, fizemos uma discussão recentemente no Ministério Público com o Marcos Vinicius, o Secretário Monteiro de SIURB, para que possamos avançar na Câmara Municipal essa discussão da implementação do PMH de maneira efetiva. Quero agradecer também a participação da Sophia e da Cris, que, junto com o DEPLAN, estão discutindo isso junto ao Gabinete, junto com o Secretário Sidney Cruz, o fortalecimento, a gente vem buscando, como elas relataram, a experiência já anterior de outras gestões que tiveram políticas efetivas para efetivamente trabalhar essa política dos cortiços, e eu tenho certeza que esse GT vai avançar de maneira significativamente. Inclusive, André, para que ele também não tenha interrupção, para que possamos mensurar, daqui a uns anos, a efetividade do trabalho dessa política pública. Então, tudo isso leva em consideração esse trabalho. Dizer também que temos que levar em consideração que o CMH, em virtude da questão eleitoral, o trabalho ficou suspenso no ano passado, porque essa eleição teria que ter ocorrido em 2024, do CMH, e aí o Conselho da época, solicitou que fosse pós-eleição, essa situação que também gerou essa pausa desse trabalho. Então vamos avançar, quero agradecer mais uma vez, reiterar o trabalho das meninas, que foi fundamental para que pudéssemos colocar em votação agora aqui a criação novamente do GT dos cortiços. **Sra. M^a Helena:** Na verdade, o que acontece. O grupo está acontecendo, do GT, e aí o que precisamos é o quê? Dar continuidade no grupo. Então, o que vamos fazer? Estamos com umas fichas de inscrições, as pessoas que estão interessadas em participar do grupo, por favor, façam a inscrição para já finalizarmos o voto, para conseguirmos... **Sr. Maksuel:** Uma questão de ordem, Secretário. Vamos colocar para votação a continuidade do GT, e aí posteriormente, os interessados já fazem automaticamente a indicação. **Sr. Secretário:** Vou fazer isso aí agora. Eu estou dando sequência na leitura aqui da pauta. **Sr. André:** Queria aqui só fazer uma ponderação para os nossos colegas conselheiros. Nós temos aqui vários conselheiros que não estão presentes, que pese à convocação foi tempestiva. Mas é tradicional, inclusive do Regimento Interno, nós darmos um prazo, mesmo porque é permitido aos GTs a indicação de pessoas que não são conselheiros. E nós teríamos que, é um bom senso, até consultar essas pessoas que não são conselheiros, que poderão contribuir na produtividade e celeridade do processo. Então, pediria, senhor Secretário, Presidente e demais conselheiros, que nós pudéssemos conceder um prazo de cinco dias para que, através do e-mail, a pessoa pudesse escrever através de formulário. E eu acho que nós poderíamos contribuir com indicações de pessoas ilustres, com bastante conhecimento, até para que o trabalho possa ser bastante produtivo. Esta é a minha colaboração. **Sr. Secretário:** André, como já foi dito, inclusive em resolução, tem a possibilidade de depois as pessoas serem convidadas. E só para darmos celeridade também aos trabalhos, principalmente na execução do grupo, vamos colocar em votação já para poder dar a criação dele novamente. E aí, conseqüentemente, o próprio GT vai convidando essas pessoas no decorrer dos trabalhos. Então, dando sequência aqui, a deliberação sobre a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção em Cortiços, instituído pela Resolução do CMH nº 198/2025, com abertura de novas inscrições para conselheiros interessados em compor o grupo da 9ª Gestão. E, dando sequência, vou colocar para voto em plenário, a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção aos Cortiços. Para aprovação, permaneçam como estão. Aprovado por maioria a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção aos Cortiços. Agora, abertura de novas inscrições para conselheiros interessados em compor o grupo. Sra. Maria Helena está com a ficha. Os interessados peguem a ficha, se inscrevam, e vamos levar à votação. **Sr. Maksuel:** Secretário, em vez de assinar a ficha, pode ser nominal? **Sr. Secretário:** Pode ser. **Sr. Maksuel:** Eu quero contribuir com o grupo. **Sr. Secretário:** Maksuel, só lembrando que a Constituição do Poder Público já está garantida pela indicação das Secretarias. Vamos fazer pelos Movimentos Populares e a Sociedade Civil organizada. **Sr. Maksuel:** Perfeito. Então, Maksuel José Costa gostaria de participar do GT de Cortiços. Por Movimentos Populares. **Sra. Márcia:** Márcia Barreto também gostaria de contribuir com o GT de Cortiços. **Sra. Kátia:** Pessoal, vocês também podem indicar gente de fora. **Sra. Sheila:** Sheila Mendes do Nascimento, representante de Movimentos Populares gostaria de participar. **Sra. Vera:** Verinha, representante de Movimento Popular. **Sr. Henrique:** Henrique Geddo, representante da Sociedade Civil. Vou fazer só uma pergunta. Para fim de organização, que vocês vão fazer a lista do GT, quem é suplente, indico agora aqui também? Melhor, não é? Nominalmente. **Sr. Secretário:** Sim. **Sr. Henrique:** Então, a minha suplente, Cíntia Fidelis, também gostaria de fazer parte. **Sra. Margarida:** Margarida Ramos. Também gostaria de fazer parte do GT. Movimento Social. **Sra. Camila:** Camila Yumi Onia, pelas assessorias técnicas. E também vou indicar o meu suplente, é o Fernando Botton. Sociedade Civil. **Sra.**

Simone: Simone Gatti, pela Sociedade Civil Organizada. Sou suplente. Da Isadora Guerreiro. **Sr. André:** José André de Araújo, Movimentos Populares. **Sr. Fredson:** Fredson Almeida Lima, Movimentos Populares, também interessado. **Sr. Maksuel:** Em uma forma de agradecimento pela sua contribuição, gostaria que este Conselho, primeiro, eu indicasse e aprovassem a indicação do Nelson Saule, para que ele continuasse, juntamente com a sua experiência, para nos ajudar neste tão importante GT. **Sr. José Tadeu:** Indico o meu suplente, Luiz Alberto Camargo Filho. **Sra. M. Fernanda:** Maria Fernanda, sou suplente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado. **Sr. Daniel:** Daniel Calife Guerra Costa, conselheiro pela OAB. Eu já ia indicar o Dr. Nelson, meu antecessor, para continuar. **Sra. Sophia:** Gente, quórum muito bom. Estamos felizes. Tem mais gente? Não? **Sr. Davis:** Boa tarde a todos. Davis Pereira Raimundo, Coordenador de Projetos de ESG, Ambiental, Social e de Governança. Estamos juntos. Gratidão. **Sra. Sophia:** É isso, gente. Tem mais alguém? Lembrando que depois, no prazo, vocês conseguem ainda indicar mais pessoas. Lembrando que a reunião é dia 1º de abril. Depois mandaremos também os materiais para vocês. Tem um grupo no WhatsApp para quem quiser participar, mas sempre mandamos também os informes por e-mail, para todo mundo ficar com todas as informações. **Sra. Cristina:** Gente, só para esclarecer. A primeira, ficamos muito felizes de ter várias pessoas aqui que estão conosco. Vai ser muito bom realizarmos esse trabalho, dar continuidade a esse trabalho. Acho que vale fazer a ressalva que não temos uma quantidade máxima. Só pode ter dez pessoas. Tem que ser dez da Sociedade Civil, dez do poder público? Não. Não existe essa questão de paridade, porque estamos falando de um grupo de trabalho. Fiquem à vontade ainda para vocês fazerem indicações de outras pessoas, que vocês acreditam ser pertinentes, que possam contribuir conosco. Não tem limite. Podem indicar mais pessoas também. Queremos muito essas contribuições, que consigamos seguir. **Sr. Secretário:** Pessoal, só levando em consideração, e ficamos felizes pelo número de pessoas interessadas em compor o Grupo de Trabalho de Cortiços, estamos colocando todas as pessoas que se interessaram dentro da condição de Sociedade Civil ou Movimentos Populares para, na verdade, ingressarem o GT de Cortiços. Aprovado? **Sra. Mª Helena:** Na verdade, o que acontece. Os GTs acompanham a 9ª Gestão. Como o projeto está criando vulto, e há interesse da continuidade do grupo de trabalho, nós tivemos uma reunião com o Procurador, ele falou que precisamos aprovar primeiro esse grupo de trabalho na 9ª Gestão, porque praticamente, acabou a 8ª Gestão, ele acabaria. **Sra. Sophia:** O nosso entendimento é que o GT é criado ou encerrado aqui via CMH, mas aí o GT discute o próprio regimento. Então, podemos fazer isso, porque acabamos discutindo como teve também esses seis meses de pausa do CMH, e fomos entendendo que precisaríamos de mais tempo para discutir, acabamos aumentando o tempo, só que de fato, não atualizamos o regimento. Então, acho que uma das primeiras pautas, na próxima reunião, é fazermos essa discussão e fazer essa atualização do regimento. **Sr. Maksuel:** Como nós ainda temos uma pauta importante que vai ser discutida, que até eu que propus, que foi uma alteração, porque este mês seria a reunião da Executiva. Podemos levar justamente essa discussão para a Executiva? Porque aí ajudamos o Secretário. **Sra. Mª Helena:** Então, a pauta da Executiva é uma pauta fechada da Comissão Executiva. **Sr. Maksuel:** O Pleno do Conselho Municipal de Habitação, o nome já fala Pleno, se for aprovada aqui a discussão para a Executiva, vai ser levada para a Executiva. E, juntamente com o Secretário, definimos justamente para ter esse entendimento lá. **Sr. Maksuel:** A pergunta que o doutor André falou sobre o tempo que tinha de composição do GT, da resolução. Tem uma resolução específica que determinou o tempo. A preocupação dele é que aprovamos o GT aqui agora, aprovamos os nomes como indicação, mas o tempo que está na resolução está se esgotando, está se acabando. O que foi a proposta, foi que o tempo de gestão, o tempo de prorrogação do GT seja o tempo desta Gestão, desta gestão aqui, deste Conselho. Se o Secretário assim achar conveniente, colocamos para aprovação aqui. **Sra. Kátia:** Max, só uma colocação aqui, a Maria Helena falou corretamente. A Executiva do Conselho é uma reunião que tem pautas distintas do Pleno. Só para deixarmos uma coisa mais clara aqui. A Executiva do Conselho tem pauta específica. O que a Executiva faz? Inclusive, isso está previsto na Lei do Conselho Municipal de Habitação, na 13.425. Nós podemos levar pautas da Executiva para o Pleno, porém, as pautas do Pleno não podem ser levadas para a Executiva, porque o Pleno sempre vai ser Pleno. Ele discute o todo. Ele, inclusive, pode discutir a pauta da Executiva. Agora, a Executiva não pode absorver as pautas do Pleno. Então, fica ruim se você levar a pauta do Pleno para a Executiva, porque ele é um Conselho menor que delibera sobre determinadas situações, sobre o Fundo Municipal. **Sr. José Tadeu:** Artigo 12, § 3º - O Presidente do Conselho de Habitação poderá excepcionalmente permitir a inclusão de solicitação de voto extra pauta, considerando a relevância e a urgência da matéria. **Sr. Secretário:** O que precisamos só esclarecer é que, em decorrência dessa nova gestão, podemos estabelecer que esse GT tem o seu tempo de duração de acordo com a gestão deste Conselho Municipal de Habitação. **Sr. Maksuel:** Perfeito. **Sr. Secretário:** Aprovado? **Sr. Maksuel:** Aprovado. **Sra. Sheila:** Pessoal, vamos colocar aprovado. Aqui vamos colocar em votação que a duração do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção em Cortiços será do prazo da vigência deste mandato atual do Conselho Municipal de Habitação. Em havendo concordância, permanecendo como estão os interessados e aprovados, aprovado por unanimidade. Indo agora para o item 4 - Ratificação da indicação de conselheiros para representar o CMH no Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamandateí, conforme processo CEI nº 78.10.2025-001378-2. O referido Grupo de Gestão é coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento com Secretaria Executiva da São Paulo Urbanismo, conforme estabelecido no Decreto 63.840, de 29 de outubro de 2024, especialmente no seu Artigo 1, §1º, alínea F. Nos termos do referido decreto, foram indicados ad referendum para representar o CMH pelo segmento Entidades Comunitárias e Organizações Populares Ligadas à Área da Habitação, os seguintes conselheiros, conforme processo CEI, nº 78.10.2025-001378-2. Titular, senhor Maksuel José da Costa, pelo Instituto Social Minha Heliópolis, MSTI. E a senhora suplente, Sônia Aparecida da Cruz, Centro Educacional Instituto Paulo Freire. Irei colocar em votação. Para aprovação, permanência como estão. Aprovado por unanimidade. Então, titular, Maksuel José da Costa e a senhora suplente, Sônia Aparecida da Cruz. Abrindo agora item 5, outros assuntos, espaço destinado a informes gerais e comunicações dos conselheiros com ou sem deliberações. Dona Maria Helena vai fazer aqui uma fala para poder falar um pouco da nossa próxima reunião. A nossa **Sra. Mª Helena:** A nossa próxima reunião do Pleno será dia 16 de abril. Você, Maksuel, solicitou uma extraordinária, certo? **Sr. Maksuel:** Dia 24. São duas coisas diferentes. Eu vou retirar a

proposição sobre a questão de realização da extraordinária. Por quê? Porque no dia 24 nós já temos a Reunião da Executiva, com pauta específica, como foi colocado por você e pela Kátia. Nós vamos discutir ao dia 24. Também tenho de conhecimento de todos, pelo calendário apresentado, que a nossa próxima reunião já é no dia 16 de abril. Então, não se faz necessário ter uma extraordinária. Então, eu retiro a minha solicitação. **Sra. M^a Helena:** Mesmo porque as indicações para voto têm que ser encaminhadas para o CMH, por e-mail ou pessoalmente, até o dia 1º de abril. Você tem que encaminhar a sua solicitação de voto, justificando tudo o que vai ser elaborado dentro dessa solicitação. E no dia 24, ela vai ser tratar da Comissão Executiva, e ela vai tratar do exercício inteiro de 2025. **Sr. Maksuel:** Então, perfeito. Vamos lá. Vamos reformular aqui. Eu tiro a solicitação de ter a extraordinária para o que eu já apresentei. Já está apresentada a solicitação. **Sr. Maksuel:** O que você encaminhou para nós foi uma solicitação de alterar a data. **Sr. Maksuel:** Não, lá também está bem específico. Acho que o Secretário pode fazer a leitura do que eu pedi. **Sr. Secretário:** Só demandando a solicitação do conselheiro, a primeira ação dele é a questão que já não se justifica mais em virtude desta reunião de hoje. A segunda situação que ele quer apresentar no dia 16, seria a proposição que está na fase final de elaboração e tem como objetivo contribuir para o aprimoramento das diretrizes institucionais aplicáveis e a apresentação de propósitos habitacionais, bem como para o fortalecimento dos instrumentos de planejamento e execução da política municipal de habitação. Ele solicita que seja incluída para o dia 16, essa demanda que até então era para hoje. Perfeito? **Sr. Maksuel:** Perfeito. Porque hoje foi a aprovação da última pauta. E na última pauta que foi aprovada hoje, está a nossa solicitação. A solicitação está muito clara, que é justamente ter o credenciamento das entidades dentro do programa Pode Entrar Entidades. **Sr. Secretário:** Zum, você gostaria de colocar já nessa próxima reunião, o que eu vejo, que pode ser uma reunião extensa. **Sr. José Tadeu:** Eu entendo que as reuniões bimestrais, elas demoram muito. Então, as mensais, as reuniões mensais vão atender, olha o tanto de trabalho, e olha o tanto de gente querendo trabalhar nas questões da habitação. Então, eu acho muito pertinente, eu encaminhei um e-mail, dia 5 de março, para a Secretaria, não obtive resposta, pedindo, solicitando voto, solicitação de voto, para que seja alterado o Artigo 10, para estabelecer a periodicidade mensal das reuniões ordinárias do Conselho, em substituição da atual. Aqui tem uma justificativa. Eu tenho até a proposição de um calendário. E assim, só para ser colocado a voto. **Sr. Secretário:** Na verdade, seria essa questão do item 4, que você apresentou, que nós recebemos aqui, que é a questão do quadro comparativo. Que seria a proposta sua da regra atual com a que ser levada à votação. **Sr. José Tadeu:** Começo do mês, a Executiva, e por volta do dia 20, a reunião do Pleno. **Sr. Secretário:** Tudo bem, pode incluir isso aí. E aí nós vamos votar na próxima reunião. Nós apreciamos, discutimos e vemos a possibilidade de votação dessa situação que foi apresentada. **Sr. José Tadeu:** Muito obrigado, Presidente. **Sra. M^a Helena:** Outros assuntos? Tem mais alguém que se interessa? **Sr. André:** Tenho uma proposta aqui, companheiros, que vem desde a primeira reunião ordinária que nós, não constou da Ata, mas foi falado, que é a criação de dois grupos de trabalho. Primeiro, de acompanhamento, monitoramento e diagnóstico do PPA, da LDO, e da Lei Orçamentária Anual, principalmente com foco para o cumprimento da Lei do Pode Entrar em relação às entidades, dos 40%. Então, visa o acompanhamento, monitoramento, diagnóstico e fiscalização do cumprimento da legislação habitacional, além da questão habitacional. A segunda proposta que eu tenho aqui, que eu coloco para o colegiado. Poderia até ser uma comissão permanente, por quê? Nós já temos anúncios, os senhores já receberam, acho que sim, por e-mail. Já começou a discussão da LDO e da questão do orçamento mais através da plataforma, para que nós não possamos ser surpreendidos, porque o Executivo tem até agosto para envio para a Câmara. Tem que passar por esta Casa de excelência, a questão habitacional. A questão também, o segundo GT que eu proponho, é para a organização da Conferência Municipal de Habitação para a propositura do Plano Municipal de Habitação e sua atualização, tendo em vista várias legislações que foram alteradas, como revisão do Plano Diretor Estratégico e também a Lei do Pode Entrar, e outras demandas aqui que nós vimos no dia de hoje, como a questão dos cortiços de outras tipologias. Então é isso. **Sr. Maksuel:** Só para salientar aqui dentro da proposta do conselheiro André, é importante, porque no início da nossa fala nós colocamos, e eu volto a falar, sobre a questão da edital de credenciamento das entidades, da modalidade Programa Pode Entrar. O segundo ponto aqui, Presidente, é o ponto das áreas da COHAB, que é referente à abertura de uma resolução, do credenciamento, para que possamos fazer indicação dessas áreas da COHAB e da SEHAB. O terceiro ponto, esse ponto, eu gostaria de retirar, que é sobre a questão dos mandatos conselheiros, porque depende retirar sobre a questão de pauta, porque depende de avaliação técnica jurídica. Porque, na verdade, ele tem que ser remetido para a Câmara Municipal para aprovação. Mas o importante, o último ponto, que aí se refere à questão da Conferência Municipal da Cidade, eu acho que é importante, primeiro, nós termos um entendimento da importância da Conferência Municipal, tendo aprovação, por este Conselho que irá ser executada a Conferência Municipal, porque tem uma parte técnica, não é só ter a conferência, é ter disponibilidade de quando vai acontecer essa conferência, como ela vai acontecer, qual é o recurso que vai ser utilizado para isso, eu creio que depende também de uma conjuntura técnica. Tem que ter uma avaliação técnica da própria Secretaria para ver a viabilidade de realização dessa conferência. E, posterior a essa aprovação, pelo Pleno do Conselho, nós, automaticamente, já podemos tirar o GT de trabalho. **Sr. Secretário:** Mas estamos garantindo aqui, na próxima reunião, o edital do credenciamento das entidades. Só para garantir, porque é uma pauta extensa. **Sr. Maksuel:** Próxima reunião vamos falar sobre a questão de edital de credenciamento. **Sr. Secretário:** Perfeito. Vamos pautar isso e a questão do Zum. **Sr. Maksuel:** Perfeito. **Sr. Secretário:** Então está ok. Então, constando em Ata, de acordo com a deliberação aqui, e junto com a solicitação do conselheiro Maksuel, edital do credenciamento das entidades e a demanda da agenda do Conselho Municipal de Habitação. **Sra. Sheila:** Eu quero fazer um pedido aqui para o Conselho, para que seja acolhido aqui, perante o Conselho, também um GT sobre as operações urbanas, mas com todos os atores envolvidos, SIURB, SEHAB. Nós temos um plano de intervenção muito grande anunciado pelo Prefeito sobre a Jornalista Roberto Marinho, no qual, a cada hora, aparecem mais problemas para nós, em relação às obras emergenciais, em relação às novas ocupações. Tem que demandar, hoje não fala só nas 8.500 famílias da operação urbana, falamos em todos os problemas que estão acontecendo no território. Então, eu acho necessário, no qual, da mesma forma que hoje estamos optando em ter um GT para os cortiços de São Paulo, eu acho que esse território também precisa ter um GT, e que não dá para ser

somente o corpo técnico de vocês. Nós, população, Sociedade Civil, precisamos participar, porque na hora dos problemas, quem está frente a frente com a população somos nós. Tanto sobre as obras emergenciais, sobre essa questão de responder como é que vai ficar esse complexo Roberto Marinho, se ele vai existir ou não, qual a fonte pagadora, porque aí se sobrepõe o Governo do Estado, juntamente com a Prefeitura de São Paulo, mais a operação urbana. São muitos agentes envolvidos e temos que dar resposta para todo mundo. **Sr. Secretário:** Entendi, mas, Sheila, o que geralmente fazemos? Geralmente não, que é o modo que trabalhamos. A gente, então, cria um diálogo antes, interno, na Secretaria, chamando os outros agentes, que como você relatou, estão envolvidos, para que eles entendam, então, essa situação e que possamos, então construir, como foi construído o GT, fomos dialogando internamente, para depois já trazer mais maduro aqui para o CMH. **Sra. Sheila:** O que eu trouxe para o senhor, porque eu já pedi no Conselho gestor, eu sou conselheira há 10 anos, eu tenho cadeira no Conselho há 10 anos. Pedimos lá e não aconteceu. Por isso que eu trouxe agora para vocês. **Sr. Secretário:** Você pede para nós, e vamos marcar uma reunião. Perfeito? **Sra. Sheila:** Está certo. **Sr. Secretário:** A gente trabalha internamente, vamos amadurecendo e depois trazemos aqui para a discussão no CMH. **Sra. Sheila:** Para mim, que sou a parte que representa os moradores das favelas, nunca sabemos ao certo o que vai acontecer. A gente só vê anunciar em uma postagem de Instagram: “Olha, o túnel do Roberto Marinho vai acontecer.” Mas a que ponto esse túnel vai acontecer? **Sr. Secretário:** Você me liga e vamos marcar. Aí organizamos quem são os participantes, e fazemos uma reunião de trabalho para começar a estartar essa situação. **Pauta da Reunião: Item 1 – Aprovação da Ata -** Apreciação e deliberação sobre a Ata da 1ª Reunião Ordinária do CMH, realizada em 10/02/2026. **Item 2 – Apresentação da síntese dos trabalhos realizados pelo GT Cortiços, com balanço das atividades desenvolvidas no primeiro semestre. Item 3 – Solicitação de Voto CMH nº 01/2026 -** Deliberação sobre a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção em Cortiços, instituído pela Resolução do CMH nº 198/2025, com abertura de novas inscrições para conselheiros interessados em compor o grupo da 9ª Gestão. **Item 4 – Solicitação de Voto CMH nº 02/2026 – Ad Referendum -** Ratificação da indicação de conselheiros para representar o CMH no Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT), coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento com a Secretaria Executiva de São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo, conforme Processo SEI nº 7810.2025/0001378-2. **Início Reunião: Sr. Secretário:** Bom dia a todos. Então, tendo quórum já suficiente aqui, vamos dar início aos trabalhos. A pauta é a 1ª Reunião Extraordinária do CMH, 9ª gestão, dia 19 de março de 2026. O primeiro item é aprovação da Ata relacionada à apreciação e deliberação, quanto à aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habilitação, CMH, realizada em 10 de fevereiro de 2026. Então, para isso, segue a Ata que foi publicada em Diário Oficial, para que possamos aprovar. **Sr. Aguinaldo:** Boa tarde a todos. Sidney e Diogo não se encontram. **Sr. Secretário:** Só aparte. Os dois Presidentes, o Secretário Sidney Cruz e o Diogo Soares, Presidente da COHAB, eles solicitaram que conduzíssemos a reunião, eles estão em outra agenda externa aqui, tratando a respeito dos assuntos da Secretaria, e aí pediu para que eu e a Kátia conduzíssemos os trabalhos. **Sr. Aguinaldo:** Seguindo aí, nós tivemos uma reunião entre nós, lemos a Ata, e nós decidimos aqui, nosso grupo se reuniu, que não vamos aprovar a Ata. Porque alguns assuntos que estavam para ser colocados na Ata não foram colocados, que o Maksuel vai elencar. Também não foi colocado na Ata, na pauta de hoje também, que vamos falar mais à frente alguns assuntos pertinentes da reunião de hoje. **Sr. José Tadeu:** Boa tarde a todos, Cacá, Secretário, Kátia. Eu vou corroborar aqui com o Guigui. Temos assuntos sérios, relevantes. Nós fizemos um pedido para ser incluído em pauta, esta Extraordinária justamente foi o que nós pedimos na primeira reunião, em 10 de fevereiro. E nós nos sentimos muito desprestigiados a não vir o Sidney e não vir o Diogo aqui nessa mesa, queríamos estar com eles aqui. Eu sei que você representa bem aí, Cacá, mas nós precisávamos do Secretário aqui, do Presidente aqui. Só para deixar registrada a Ata, e aí o Maksuel vai ler aqui e vai poder dimensionar. **Sr. Maksuel:** Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Kátia. Dentro dessa representação do Conselho Municipal de Habitação. Uma manifestação inicial aqui na qual os conselheiros, que nós temos diretamente contato, fizemos é a seguinte: “Senhor Presidente, conselheiros e conselheiras Municipal de Habitação, Na última reunião, nós aqui, enquanto plenário, debatemos pontos importantes da política habitacional e deixamos claro que existem temas estruturantes que precisam avançar dentro do Conselho. Só que, na prática, a pauta de hoje não traz esses temas. Não traz aquilo que foi construído por nós na reunião anterior. Aí eu faço esse registro com base no nosso regimento interno, que garante que o plenário não é consultivo, é deliberativo. Ou seja, aquilo que discutimos aqui, precisa refletir na pauta e no andamento dos trabalhos. Quando isso não acontece, nós perdemos alinhamento, perdemos força e o Conselho deixa de cumprir o papel que ele tem que cumprir.” Então, de forma bem objetiva, eu quero fazer um encaminhamento aqui, se assim o nosso Secretário-Presidente aqui da sessão conceder. **Sr. Secretário:** Tudo bem. **Sr. Maksuel:** Os conselheiros que concordam que a pauta precisa ser alinhada com aquilo que foi deliberado na última reunião anterior, por favor, se coloquem de pé neste momento aqui. Os conselheiros que concordam que a pauta tem que ser alinhada com o que foi discutido na última reunião do Conselho, coloque-se de pé. Então, de forma bem objetiva, quero fazer um encaminhamento aqui. Os conselheiros que concordam, já foi discutido, peço que essa manifestação seja registrada em Ata, como posicionamento do plenário. A partir disso, Presidente, eu passo agora a apresentar as propostas de resolução que tratam exatamente desses pontos que já foram discutidos a este Conselho. Eu vou apresentar de forma objetiva quatro propostas de resolução que dialogamos, já apresentamos por intermédio de e-mail essas propostas, e esta reunião que estamos tendo aqui, que é uma reunião extraordinária, o objetivo dela foi exatamente para isso. Não marcamos uma reunião extraordinária para aprovar a última Ata ou aprovar algumas coisas que estão na proposta de pauta, e sim para que possamos ter um esclarecimento sobre o que estamos apresentando. Realmente, ele é de fato e de direito, ele se faz seguir. Então, a primeira situação aqui é a questão do edital de credenciamento. A primeira proposta trata da criação do edital de credenciamento das entidades do Programa Pode Entrar, modalidade de entidades. Hoje nós temos entidades habilitadas, organizadas com demanda real, mas sem a regra clara de acesso à constituição das propostas de construção. Nós temos o Programa Pode Entrar Entidades. Passamos por um processo de construção o ano passado com a Câmara Municipal, por intermédio do vereador Marcelo Messias, que era relator da peça orçamentária, induzimos e

colocamos uma proposta de orçamento, e dentro do Programa Pode Entrar, o que nós vemos que não conseguimos avançar. Nós achamos importante ter esse edital de credenciamento, porque é criar sim a expectativa necessária nas famílias, é criar sim a expectativa necessária nas associações para que possamos consolidar a política do Programa Pode Entrar Entidades. O segundo ponto que nós achamos importante estar sendo discutido, trata do chamamento público para a vinculação das áreas da COHAB e SEHAB. A cidade tem terra, o que falta é a organização dessa terra, o grande *master plan* da cidade sobre a questão da organização dessa terra. Acho que os conselheiros de outras gestões contribuíram muito para que nós pudéssemos criar um banco de terra na cidade, com a luta feita pelos movimentos, com o recurso da outorga onerosa, com a discussão do Plano Diretor da cidade, com a discussão das leis de zoneamento da cidade. Aqui foi amplamente discutido, não só no Conselho, na cidade como um todo, principalmente na Câmara Municipal. Nós criamos um banco de terra. Esse banco de terra hoje é pertencente à COHAB e à SEHAB. Então nós queremos, nós estamos pedindo aqui, a proposta de tratar do chamamento público para a vinculação de áreas da COHAB e da SEHAB. As entidades que acessem essas áreas de forma transparente, consigam estruturar seus próprios projetos e com antecedência, acelerem a produção habitacional. Isso reduz o tempo, reduz o custo e aumenta a entrega. Terceiro ponto que nós temos aqui para tratar ao Conselho Municipal de Habitação. Isso aqui é uma questão mais genérica, fica como proposta, Presidente. Porque nós sabemos que temos que criar um PL na Câmara Municipal, porque é uma prerrogativa da lei à Câmara Municipal, com aprovação do Prefeito à época, que é a lei que constitui o Conselho Municipal de Habitação, que é sobre o tempo do mandato do conselheiro. É impossível você discutir em uma cidade como São Paulo uma política habitacional em dois anos. Desculpe. Aprovação há um ano e meio, dois. Então você não consegue discutir uma política habitacional. Mas nós colocamos aqui como proposta esse ponto a esclarecer, a explanar. Quarto ponto, Conferência Municipal. O quarto ponto é a convocação da Conferência Municipal de Habitação. Hoje a cidade tem um planejamento estruturado de longo prazo consolidado. A conferência é o instrumento para a organização dos debates, integrar o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, construir o Plano Municipal de Habitação para os próximos dez anos. O que nós estamos propondo com a Conferência Municipal é justamente a criação do Plano Municipal de Habitação, que nós não vamos ficar pedindo com caneco, com pires, com xícara, indo à Câmara Municipal pegar os vereadores para ter recurso no Fundo Municipal de Habitação e nem recurso para a construção de unidades habitacionais. O plano vai ser muito bem claro. Como é claro o Plano Diretor. É pegar o Plano Diretor, as áreas que estão em ZEIS, e fazer um grande *master plan* da cidade com o Plano Municipal de Habitação com execução. Muito parecido, isso aí cabe discussão, não é para aprovação agora, nós vamos ter muito debate, vai ter GT de trabalho para discutir e lucidar isso aí. O que nós estamos propondo não é para amanhã, mas é uma sinalização do que estes conselheiros querem aqui da Política Habitacional da Cidade de São Paulo, do Secretário Sidney Cruz, do Secretário-Adjunto Cacá Vianna, do Presidente da COHAB, Diogo Soares, e do vice-Presidente da COHAB, Nunes Peixeiro. Eu encerro e já solicito também que a pauta apresentada pode ser inserida como pauta na próxima reunião da Executiva do Conselho, que fica proposto para o dia 24, próximo agora. **Sr. Secretário:** Primeiro, Guigui, aqui na verdade, quando você se manifestar, você tem que manifestar por conselheiro, não por grupo. Aqui, na verdade, são votos individuais. Na verdade, não existe aqui grupo. Existem aqui conselheiros eleitos e que foram dados posse a todos os conselheiros. Aqui não existe grupo, a não ser o grupo que defende a Política Habitacional da Cidade de São Paulo, a qual faz parte o Prefeito, o Secretário Diogo, o Secretário Sidney Cruz, toda a equipe que compõe as duas Secretarias. Então, até porque, como consta em Ata, uma coisa é eleição, uma coisa depois é Conselho. São coisas distintas. Eu acho que temos que ter esse entendimento, inclusive para poder se manifestar de maneira coerente acerca da responsabilidade deste Conselho Municipal de Habitação. Então, quando vocês forem se manifestar, eu acho que cada um tem o direito de falar e tem o direito de manifestar de forma individualmente, não por grupo. Então, só essa primeira colocação. Segunda colocação. Se vocês leram, na verdade, a Ata, pessoal, essa Ata, inclusive, é para aprovar a eleição dos conselheiros que fizeram parte. Essas pessoas foram, na verdade, dado posse na última eleição. E aí, o que vocês solicitaram aqui no e-mail, que aí é muito válido, eu acho que temos que levar isso em consideração, e nós sempre dialogamos, Guigui, é no sentido do seguinte, que essa situação, para que nós pudéssemos, na verdade, criar a discussão do GT dos Cortiços, que estão aqui presentes, que já era um GT que existia, e como, na verdade, é uma nova composição do Conselho Municipal de Habitação, se faz necessária essa apresentação. Então, esta Extraordinária, inclusive, onde você pede no e-mail é o seguinte, que seja no dia 24, e não no dia, na verdade, 19, que era hoje. Que nós podemos, inclusive, eu creio, Max, no dia 24, solicitar uma extraordinária específica para o mês de abril, para que nós, então, possamos pautar isso que nós já discutimos. Mas que nós não deixemos de aprovar hoje aqui essa Ata que dá posse a todos os conselheiros, inclusive, os senhores. É isso que eu quero deixar bem claro aqui. Que nós entendamos a necessidade de aprovação para que nós possamos dar sequência. Entendeu, Maksuel? É essa necessidade da aprovação da Ata... **Sr. Maksuel:** Entendi, perfeito. Você fez as colocações necessárias. Acho que é importante. O Conselho tem esse papel mesmo de diálogo, de confrontos ideológicos. E nós nos colocamos à disposição, sim. Acho que você tem razão no que está colocando. Os conselheiros estão aqui. Eles têm importância de constituição e validação do Conselho Municipal de Habitação. E nós aqui, como nos apresentamos como grupo, até para se tornar um pouco mais prático, mas se coloque também que cada conselheiro aqui representado, eles podem colocar de uma forma nominal o seu entendimento, a sua percepção de como entende o Conselho. Nós nos organizamos. Agora nós não estamos votando. Nós estamos colocando o que achamos como solução. **Sr. Secretário:** Mas é que você na verdade rejeitou. **Sr. Maksuel:** No que eu li, não. O que nós estamos colocando aqui é uma proposta. Ficou muito bem clara, muito bem resolvida. Para iniciarmos aqui essa argumentação. Mas é o que eu peço, senhor Secretário. Se você me conceder dois minutos para conversarmos e voltamos já com a resolução dessa situação. **Sr. Secretário:** Mas assim, só para nós deixarmos bem claro aqui para todos os presentes, é isso que eu quero deixar bem objetivo aqui para todos. Que essa Ata, conselheiros aqui presentes, se faz necessária aprovação para que tenha a validação, que é a posse dos senhores presentes aqui. Que tem, inclusive, indicação para outros Conselhos. Se nós, na verdade, não aprovamos isso aqui hoje, nós, inclusive, travamos outros Conselhos da Prefeitura que outros membros têm participação. Estão entendendo, gente? É isso que se faz

pertinente. **Sr. Aguinaldo:** Cacá, quando eu falei grupo, o Max respondeu, até de forma melhor do que eu ia responder. **Sr. Secretário:** Mas é porque nós colocamos votação para aprovação. **Sr. Aguinaldo:** Eu falei individualmente, falei que nós tínhamos conversado em grupo. **Sr. Secretário:** Entendi. **Sr. Aguinaldo:** Não que eu estava votando pelo grupo. **Sr. Secretário:** Então, perfeito. Então, eu entendi errado. Mas tudo bem. Mas você entendeu agora? **Sr. Aguinaldo:** E outra, que nós somos um grupo, que nós conversamos, que nós alinhamos, isso é óbvio. **Sr. Secretário:** Não, mas vocês leram a Ata? **Sr. Aguinaldo:** Agora, o voto que nós vamos realizar aqui é nominal. **Sr. Secretário:** Sim. Mas é isso que eu estou te falando. Mas é que todo mundo ficou de pé. **Sr. Aguinaldo:** Quem concorda com a apresentação do documento. **Sr. Secretário:** Mas, por exemplo, com relação à aprovação da Ata. **Sr. Aguinaldo:** Então, nós vamos conversar dois minutos aqui, pode ser? **Sr. Secretário:** Pode, lógico. Está entendendo, Maksuel? Precisamos validar isso aqui para dar sequência nas outras ações. **Sr. Maksuel:** O senhor iniciou aqui a nossa reunião. O senhor colocou: “Podemos colocar em votação ou tem alguma coisa para falar?” Nós nos manifestamos. Não, temos alguma coisa para falar. Não estava em votação ainda. **Sr. Secretário:** Mas podemos depois colocar para votação? **Sr. Maksuel:** Com certeza. **Sr. Secretário:** Está bom, fechado. **Sr. Maksuel:** Secretário, devolvo a palavra ao senhor. **Sr. Secretário:** Pessoal, voltando então aqui. Bom, Kátia, Marcelo, pessoal presente, por favor. Só para darmos continuidade, então, e deixando bem transparente a todos os conselheiros que a necessidade de aprovação da Ata da última reunião, conforme foi dito por mim aqui, Max, e a todos os conselheiros, o que se faz necessário ressaltarmos? Que essa Ata de reunião, na verdade, que foi a 1ª Ata de Reunião Ordinária do CMH, ela, na verdade, teve na sua Pauta, Item 1: Assinatura dos conselheiros do termo de posse, cuja data de realização ocorreu em 18 de dezembro de 2025, conforme previsto no parágrafo 2º do Artigo 4º do Regimento Interno do CMH. Item 2: Apresentação sobre o Conselho Municipal de Habitação e suas estruturas. Item 3: Indicação e aprovação dos conselheiros de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área habitacional e da Sociedade Civil para integrar a Comissão Executiva do CMH como titulares e suplentes, conforme previsto na Lei Municipal nº 13.425, de 2 de setembro de 2002. Sabendo que são seis conselheiros representantes de comunidades, mais suplentes, mais APEOP, SINDUSCON, SECOVI, IAB, SINDESP, entre outros. Item 4: Indicação e aprovação dos conselheiros para representar o CMH em outros Conselhos, a saber: CAHEIS, Comissão de Avaliação de Empreendimentos de Habitação e de Interesse Social, vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL. 2. Conselheiros representantes do segmento de entidades comunitárias, organizações populares ligadas à área habitacional e ou de segmento da Sociedade Civil. 3. FMSAI, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, vinculada à Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB. Dois Conselheiros representantes do segmento de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área da habitação e ou segmento da Sociedade Civil. CMPU, Conselho Municipal de Política Urbana, vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Também ao FUNDURB, Fundo de Desenvolvimento Urbano, vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, SMUL. Ou seja, todos esses Conselhos que compõem a administração pública da cidade de São Paulo. 5. A aprovação do calendário das reuniões de 2026. Então, senhores conselheiros, nada mais do que estamos solicitando aqui é a aprovação daquela primeira reunião, para que demos segmento aos trabalhos dentro da municipalidade, uma vez que o Conselho Municipal de Habitação também faz parte de outros Conselhos, para que possamos dar sequência. Por isso se faz necessário a apreciação do voto individual, nominal, de cada conselheiro presente, para que possamos dar prosseguimento ao item 2. Depois, após as discussões dos outros itens, irei colocar aqui a manifestação que foi solicitada pelo conselheiro Maksuel, que nos encaminhou um e-mail, dizendo da necessidade da remarcação desta reunião Extraordinária para o dia 24, em virtude de apresentação, solicitação fundamentada na necessidade de garantir tempo adequado para a apresentação e apreciação de duas proposições de resolução que tratam de temas estruturantes para a política habitacional do município, especialmente no âmbito do Programa Pode Entrar, Modalidades e Entidades, que nós, aqui, ao final, possamos colocar em votação a necessidade, conforme foi solicitado ao conselheiro Max, por e-mail, de nós abrirmos a votação para que haja uma extraordinária para o mês de abril. Então, só dando sequência nessa situação que nós vamos dialogar, conselheiros, da necessidade da aprovação dessa Ata, e, dando sequência, nós abrimos a palavra, para que vocês possam se pronunciar a respeito daquilo que for pertinente aos temas do CMH. Pode ser? Fechado? Então, o item indo para a votação. Para aprovação da apreciação e deliberação quanto à aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação. Em aprovação, permaneçam como estão. **Sr. José Tadeu:** Só para ressaltar um item. Nós aprovamos o calendário, mas até encaminhando um e-mail, não fui respondido para a Executiva, para nós estarmos mudando o calendário para reuniões mensais. Nossa reunião do Pleno é bimestral, e eu gostaria de estar fazendo uma proposta para mudar o Artigo 10 do Regimento. **Sr. Secretário:** Nós podemos colocar, porque como consta em Ata, nós falamos toda essa situação. Nós podemos, depois, em segunda parte, deliberar acerca dessa sua proposta. Mas só para nós não deixarmos de encaminhar a votação, nós refalaremos a nossa situação. Para aprovação da Ata, apreciação e deliberação quanto à aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação. Em sendo aprovado, votantes, sim, permaneçam como estão. Aprovado? Aprovado, então, a Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação. E aí, ao final, nós vamos colocar as demandas pertinentes aos conselheiros. Item 2. Apresentação da síntese dos trabalhos realizados pelo GT Cortiços, com balanço das atividades envolvidas no primeiro semestre. Quem fará a apresentação são as funcionárias de DEPLAN, a Sophia e a Cristina. **Sra. Cristina:** Boa tarde. Então, hoje, eu e a Sophia, nós somos servidoras efetivas da Casa e vamos trazer um pouco para vocês como é que está o nosso trabalho referente à questão do GT Cortiços. Então, é um trabalho que a gente já vem desenvolvendo, estamos caminhando para o segundo semestre e a proposta hoje é trazer para vocês esse balanço de tudo que a gente vem realizando e, nesse segundo semestre, conseguirmos alinhar com os novos conselheiros para que vocês também venham a participar do GT, para que possamos pensar em um programa interventivo em relação à questão dos cortiços aqui na nossa região, no nosso município de São Paulo. Então, agora, para iniciarmos, eu vou passar um pouco aqui a fala para a Sophia e, na sequência, vamos dando continuidade. **Sra. Sophia:** Boa tarde. Então, obrigada por nos receber aqui. Ficamos muito felizes com a eleição dos novos Conselheiros. Bem-vindos o pessoal novo aqui de Conselho, teve gente

que se reelegeu também, então ficamos muito felizes de estar aqui. E entendemos como um espaço de participação muito importante, como vocês já trouxeram, que é deliberativo, e entendemos que discutirmos as coisas aqui torna que a política toda seja mais aderente quando chegamos no público. Então, por isso que é tão importante estar fazendo esse grupo de trabalho aqui. Não à toa, estamos fazendo com a Sociedade Civil e não só dentro de SEHAB. Importante, vamos fazer essa apresentação, mas têm conselheiros, inclusive, que eram conselheiros aqui na antiga gestão e outros convidados indicados que estão por aqui também e que depois também vão vir aqui fazer as suas falas. Então, só para reiterar que teve toda essa participação também da antiga gestão do CMH. Então, apresentar para vocês rapidamente o diagnóstico propositivo que fizemos e aí só para alinhar também o conceito de cortiços com vocês. Não sei se todo mundo está a par, mas vamos passar bem rápido por essa parte. **Sr. José Tadeu:** Foi disponibilizado este material? **Sra. Sophia:** Não disponibilizamos, temos o compromisso de mandar para vocês depois da reunião. Então, o Artigo 1º da Lei Moura traz a identificação do que são os cortiços e de um jeito muito resumido: “Cortiço é um assentamento precário coletivo de aluguel.” Então, tem algumas questões que estão dentro da Lei Moura, de ser várias funções exercidas no mesmo cômodo. Tem a foto aqui, então normalmente você tem o gás do lado da cama, você tem várias questões específicas dos cortiços e de visão até de compartilhamento de banheiro, ao mesmo tempo em que você tem, muitas vezes, uma base fundiária regularizada ou com questões às vezes de espólio e de dívida, mas você tem normalmente um proprietário formal e nós normalmente falamos dos cortiços dentro também da cidade formal, da cidade formal e informal. Então, temos aqui essa definição breve, e trazer também que, apesar de ter uma definição clara do que são os cortiços, é um universo dinâmico em transformação constante. Então, tem muitos cortiços que surgem, enquanto outros cortiços somem, então, muitas vezes, falamos de áreas encortiçadas, ao invés de falar de cortiços específicos. E aí, um dos entrevistados no Censo até trouxe isso, ele falou: “Vocês não evoluem as leis? Cortiço é da época do Adoniran Barbosa, hoje é totalmente diferente, hoje são as pensões.” Então, na verdade, têm muitos jeitos de chamar os cortiços, continuamos chamando até para conseguir fazer o link com os movimentos e fazer o link com o Censo, mas a gente vê que é um universo realmente complexo e dinâmico. E aí, tem aqui uma fala do Kohara, que é um dos estudiosos sobre o tema, de impactos profundos em diferentes áreas da vida. Então, até a questão educacional acaba sendo prejudicada quando você compara as famílias encortiçadas e as não encortiçadas. Então, a gente vê que não é uma questão só que atinge a habitação, mas como a moradia é um direito primário e que isso vai afetando os outros direitos e as outras partes da vida. Algumas coisas sobre o perfil. Então, no Censo, aferimos que a maioria das pessoas moradoras de cortiços são negras, pouca diferença entre homens e mulheres, quase paritário aí, 15% são imigrantes, então é um número bem expressivo, e sempre os cortiços foram uma solução para os imigrantes que vêm aqui para São Paulo. O público recebe, em média, meio a dois salários mínimos e, apesar de ter essas coisas comuns, são demandas específicas de vários públicos diferentes. Então, um público LGBTQIA+, que foi, às vezes, expulso de casa, mãe solo, crianças, PCDs, idosos, imigrantes. Então, apesar de querermos olhar de uma forma comum a todo mundo, também temos que respeitar as demandas e especificidades de cada grupo que está dentro do cortiço. E aí, o que entendemos do por que as pessoas vão para os cortiços? Primeiro, para se manter na região central, para não ter o gasto do transporte, porque já está vinculado aos serviços públicos. Por buscar um menor preço de aluguel, mas entendemos que ainda segue com ônus excessivo em relação ao salário e a média dos quartos, os cômodos que você pega e divide e aluga, a média é de 750 reais por quarto. Então, não é um aluguel baixo, apesar de ter essa demanda. Também, outro ponto é a questão da informalidade, de não exigir fiador, depósito, nem, muitas vezes, documentação. É uma coisa que facilita para algumas pessoas que estão na informalidade de estarem em cortiços. E uma coisa interessante que entendemos é que não é necessariamente visto como uma violação de direitos, mas uma das únicas formas de permanecer no centro. Mas, ao mesmo tempo, não quer dizer que a Prefeitura fique isenta disso. De alguma forma, todo mundo traz, que quer sim uma casa própria, que tem o sonho da casa própria, e que gostaria de oportunidades de financiamento. E aí tem uma frase que uma professora lá do Glicério trouxe, que achamos muito interessante, que é: “Apesar das pessoas conseguirem permanecer no centro, elas têm o pior do centro.” Então, não é que, necessariamente, por você estar no centro, você consiga acessar tudo o que o centro poderia oferecer em termos de serviço. Muitas vezes, você está pegando outras partes. Então, da violência, da droga adição. Então, é uma situação complexa e de muita vulnerabilidade. Só para mostrar um pouco o que aparece na mídia. O que temos? Questões de incêndio. Aqui são dois casos, inclusive, de fatalidades que já aconteceram em cortiços. Porque você não tem a manutenção adequada. Não tem a separação da elétrica. E muito também sobre a desigualdade do centro. Essa questão da decadência. Porque muitas vezes são também imóveis tombados e que não tem o cuidado necessário. E aí eles começam a sublocar esses imóveis. Então, não é uma coisa bonita que a gente vê quando procuramos cortiços na internet, na mídia. Então, só para resumir essa parte do diagnóstico. Os cortiços são uma solução antiga da cidade. Então, uma solução que existe desde que a cidade de São Paulo é São Paulo. São áreas dinâmicas. E que essas coisas vão mudando muito. Não só os nomes, mas onde que é cortiço, onde que não é. São áreas com interesse imobiliário futuro. Então, muitas vezes as pessoas vão segurando aqueles imóveis porque sabem que um dia vão conseguir, que o preço da terra vai subir. Então, eles mantêm naquele momento sendo cortiço. São áreas com dificuldade de atuação por causa das regras de tombamento. As dívidas de IPTU. Então, também não é uma coisa simples da Prefeitura chegar e mexer. E entendemos que é diferente de ocupações em favelas por estarem na cidade formal. E, por isso, precisamos de um programa específico. E aqui tem um link, quando enviarmos para vocês, vocês vão conseguir acessar o diagnóstico todo que fizemos. Fizemos só um resuminho aqui para conseguirmos trazer para vocês. E trazer o que entendemos como princípio norteador da política. Esse desenho que está aí do lado é do pós-doutorado do Kohara. Que ele pediu para as crianças encortiçadas desenharem as suas casas. E o sonho que eles tinham. Então, uma das meninas colocou que gostaria de ter uma casa que fosse grande. Com muito espaço. Com uma cozinha bonita. Com um banheiro que ela se sentisse segura. Então, é uma coisa para pegarmos um pouquinho quais são os sonhos dessas crianças que estão dentro dos cortiços. E trouxemos esses princípios norteadores. Porque gostaríamos de criar, então, um programa que conseguisse preservar a autonomia das famílias. Privacidade. Identidade. Dignidade. Um convívio social saudável. Acesso aos serviços. Enfim, toda uma transversalidade

do atendimento para conseguir atingir o que chamamos aqui, que às vezes está tão longe, mas do nosso bem viver. Então, como diagnóstico é isso. A Cris vai trazer um pouquinho agora do trabalho do GT. **Sra. Cristina:** Bem, feito esse diagnóstico que a Sophia colocou para nós. Então, é importante entendermos por que foi criado, então, o nosso GT Cortiços. O que acontece? Então, ao longo dos anos, se fomos pensar dos trabalhos que foram desenvolvidos dentro da Secretaria referente à questão dos cortiços, tivemos alguns espaçamentos. Ou seja, tivemos alguns programas desde a época da Erundina. E aí, ao decorrer, acabou não tendo mais continuidade. E aí a gente vê que a questão dos cortiços é uma demanda antiga. A gente está falando do modo de morar mais antigo que existe no mundo quando vamos fazer esse recorte para São Paulo. Desculpa, Brasil. **Sr. Secretário:** Só um aparte. Quando que não teve continuidade, você falou? Começou na Erundina e quando não teve continuidade? **Sra. Cristina:** A gente finalizou em 2013. Foi a última vez que tivemos alguma intervenção. **Sr. Secretário:** No governo Kassab teve, inclusive, com material. E aí, Bete França, na verdade, conduzia muito bem. E aí, no governo Haddad houve a paralisação desse trabalho, não é? **Sra. Cristina:** Exato. Então, foi a última, que foi em 2013, que findou. Então, não tivemos mais nenhuma ação contínua, um programa. Tivemos ações esporádicas. Mas a continuidade não aconteceu. E aí, a parte disso foi tendo, pela própria Sociedade Civil, a solicitação de termos um diagnóstico dessa demanda na região. E aí, fomos ao longo desse tempo, fazendo essa articulação para conseguirmos elaborar o censo de cortiços. Então, conseguimos realizar um levantamento na região central de São Paulo, que é a região onde estava vinculada a extinta Operação Urbana Centro. Então, respeitamos esse perímetro. Foram dez distritos que percorremos, sendo sete de forma parcial e os outros três de forma integral. E, mediante esses resultados, veio a manifestação e a cobrança da Sociedade Civil. Ok, foi realizado esse levantamento. E agora? O que vamos fazer? Então, aí que se veio a questão de podermos criar um grupo de trabalho. E, a partir desse grupo de trabalho, pensarmos em ações e intervenções relacionadas à questão dos cortiços. Então, criamos o grupo de trabalho no âmbito do Conselho Municipal, justamente com o objetivo do quê? De construir, de forma conjunta, em áreas técnicas e da Sociedade Civil, uma proposta de um programa para cortiços. E aí, a partir disso, que é o nosso foco dentro do nosso GT, vamos ter alguns objetivos específicos. Esses objetivos específicos vamos permear tanto no processo de articulação em construção com movimentos sociais, se vamos pensar em uma proposta de programa, essa proposta tem que ser construída de forma coletiva. E sabemos muito bem que os protagonistas nem sempre estão aqui. Então, temos que chamar também esses movimentos para poder participar conosco aqui nesse processo. Bem, além dessa questão da articulação com os movimentos, a questão de realizar mesas técnicas para debate. Temos muito acúmulo referente aos cortiços. Então, também temos que articular com as outras gestões também que fizeram. Como fizemos recentemente, quando foi semana passada ou retrasada, que tivemos uma reunião lá em SMUL, com a Bete França, que ela também trouxe para nós todo o contexto dela e a experiência que ela teve enquanto coordenação do programa de cortiços à época. Bem, então a gente vem aí também para refletir e analisar as possíveis propostas de intervenção e acompanhar todas as atividades que a SEHAB vem realizando, como eu falei, ações de forma isolada para também irmos entendendo como está esse movimento. Como que acontece. A nossa reunião hoje do grupo de trabalho são reuniões que acontecem toda primeira quarta-feira do mês. Ela é uma reunião na modalidade híbrida. Então, temos o pessoal que consegue vir até aqui para fazer a reunião de forma presencial e as pessoas que estão aí de forma online. Então também isso daqui já dá certa mobilidade para as pessoas conseguirem participar dessa reunião. E a reunião tem duração média de uma hora e meia. Bem, então esse daqui é o nosso atual quadro da questão da composição dos nossos membros aqui do GT. Então, a gente vem com os Movimentos Populares, Sociedade Civil e o poder público. Haja vista que agora tem uma nova gestão, a nossa proposta é que consigamos aí trazer também mais pessoas para somar nessa discussão. E aí dentro do nosso grupo de trabalho também trabalhamos muito na questão do OneDrive, na questão de partilhar todo o conteúdo que a gente vem desenvolvendo. Então todos que são membros do GT, eles têm acesso às pastas e fazem as contribuições para materializarmos. Bem, e aí chegamos no ponto para falarmos da questão de uma política, o ciclo da política pública. Por que estamos dizendo isso? Quando começamos a entender que temos um problema, e é um problema antigo, como a questão dos cortiços, fizemos a primeira parte que foi o diagnóstico. Fizemos lá um levantamento de forma parcial, mas ok, trouxe uma caracterização para nós. Na sequência precisamos vir junto com a gestão e inserir isso na pauta. Foi o que a gestão fez. Falou ok, a gente compreende essa demanda e há de fato essa necessidade. Feito isso a gente parte para quê? Para soluções. E é aqui que estamos nesse momento aqui enquanto GT. A pensar em soluções, em alternativas para um programa de intervenção em cortiços. E a partir dessas soluções vamos ter a tomada de decisão. E a tomada de decisão é gestão, mais a Sociedade Civil, mais os Movimentos Populares. Ou seja, estamos falando aqui do grande Conselho. Para passarmos por um processo de planejamento e sim vir um processo de implementação, se tudo ocorrer bem. E aí a gente passa, quando começamos a implementar um programa futuro, um processo de monitoramento e avaliação. Então, é esse ciclo que a gente vem pensando e estamos aqui desenhando dentro do nosso GT Cortiços. Então pensar o quê? Que já estamos dentro de uma política, uma política macro. O que eu estou falando? Por exemplo, da política nacional de habitação. Uma política aí desde 2004. E a partir dela vamos bebendo que vão ser elaboradas políticas sociais e programas. Então é entender que a partir de uma política macro vamos conseguir desenvolver um programa que esse programa, ele tem que ter diversas linhas. Por quê? Porque estamos falando de uma diversidade que tem, que reside em cortiços. Então não dá para ser só de uma forma. Então temos que pensar tanto para aquela mãe solo, temos que pensar qual a ação que vamos lidar com as pessoas que de fato querem para além, não querem só residir ali no cortiço, querem chegar à sua propriedade privada. Têm as pessoas que têm interesse em manter um processo de locação social. Então são várias demandas que foram surgindo. Por isso que a gente fala, pensar num programa de intervenção é pensar a realidade. E os protagonistas são as pessoas que residem nesses cortiços. Eles têm que ser ouvidos para que de fato consigamos encaminhar um programa que esteja de acordo em consonância com essa realidade. Bem, e para isso o que fomos desenhando? Nós estamos aqui, desenhamos cinco etapas do nosso trabalho. Na primeira etapa foi todo um processo de alinhamento, ou seja, vamos retomar, vamos pesquisar, vamos estudar tudo o que já foi feito. Na sequência o diagnóstico, vamos ver aqui certinho, ou seja, quais são os eixos de análise que podemos trabalhar. Vamos entender qual foi a forma de

avaliação dos programas anteriores, o que deu certo, o que não deu certo. Tanto que fizemos discussão também com outros municípios, com Santos, que dialogamos bastante com eles para entender como que eles desenvolveram esse programa de cortiços lá, em que pé que está. Bem, e aí chegamos aqui no nosso item três, que é a questão da alternativa de solução. Que aqui a gente vem e quer muito que os novos conselheiros venham a compor para conseguirmos de fato materializar as alternativas para um possível programa de intervenção em cortiços. E aí a gente vem para a quarta etapa e a quinta. A quarta são todos os processos de desenvolvimento. Vamos alinhar quais são. A partir do momento que alinharmos quais são essas propostas, aí de fato vamos vir aqui definir da melhor forma e chegando ao nosso plano de ação, que é o que queremos com esse GT. Bem, só para vocês terem um panorama geral, aqui trouxe o primeiro semestre de trabalho do nosso GT, que ele vem além dessas reuniões mensais, a gente também inclui visita técnica. O que é isso? Então, de fato, vamos até o território, visitamos alguns cortiços para entender também aquela realidade, porque há especificidade mediante cada cortiço. É importante também estarmos lá próximos para acompanhar. Eu fiz parte, junto da coordenação, do Censo de Cortiços. Então, eu percorri os diversos distritos que foram feitos esse levantamento também. Bem, além da questão da visita técnica, temos aquela mesa técnica que chamamos pessoas de outros anos que participaram dos programas anteriores de cortiços justamente para dialogar conosco e trazer também as experiências. Quando estamos aqui no nosso segundo semestre, que é a nossa fase de formulação que chamamos, continuamos nessa linha da questão de ter os nossos encontros mensais. Além de ter os nossos encontros mensais, também retomamos o processo de visita técnica, onde os membros do GT também indicam cortiços para podermos ir visitar e entender mais ainda e aprofundar. E, por fim, quando ainda estamos nessa etapa de março, abril. Com a aprovação aqui da nova gestão, a gente vem fazer esse chamamento com vocês, para que vocês venham compor aqui esse trabalho, para que consigamos dar continuidade. E o dar continuidade é justamente aprofundarmos essas discussões. Porque aqui tem muitas pessoas com muita experiência referente a essa temática e há essa necessidade. E aí temos aqui, como na terceira fase, a questão de conseguirmos, a partir do momento que desenhamos esse plano de intervenção, conseguirmos fazer audiência pública para mostrar o que conseguimos desenhar enquanto coletivo. E aí a proposta é justamente de termos esse apoio para o planejamento e a elaboração. E, por fim, final de semestre, conseguir apresentar aqui para todos qual foi o programa que desenhamos. Bem, aqui é só para vocês terem uma ideia, não vou me ater aqui a cada uma, para vocês virem a dimensão que todo o grupo de trabalho percorreu na questão da esfera do conhecimento. Então fomos atrás dessas políticas, ou seja, quais foram as intervenções que ocorreram, a questão dos programas e as legislações que tratam da questão de reforma habitacional, a questão do locação social. Se pensarmos a locação como uma alternativa, o que a legislação está trazendo para a gente? A questão das políticas específicas para acolhimento, a depender da situação que chegarmos dentro do cortiço, o que podemos ter como alternativa, a questão da requalificação urbana, ou seja, como que podemos pensar no processo de requalificar aqueles cortiços. Qual é a legislação que se tem? É um retrofit que pode dar uma solução? Temos que dialogar. O processo de regulação e financiamento, como que se dá o processo de fiscalização, da questão das vendas, das próprias HIS, como que podemos que essa população também de cortiços vire essa demanda também para a HIS. Enfim, e outros que fomos também trabalhando para entender a questão da tarifa social, se o pessoal que é encortiçado, as pessoas que residem em cortiços, se elas têm direito também a ter esse tipo de tarifa. Então, fizemos toda essa trajetória, essa discussão justamente para materializarmos alguma ação. Bem, fechando aqui com vocês. Então, pensar numa ação de intervenção em cortiço, é pensarmos principalmente que queremos garantir pelo menos o mínimo de parâmetros de habitabilidade para aquelas famílias. Porque tem situações bem complexas dentro dos cortiços. É entendermos que a partir do momento que vamos implementar um programa, que também não haja possíveis abusos contratuais. Então, agora fizemos uma intervenção, melhorou a questão dos cortiços, teve uma requalificação, vou aumentar o meu valor do aluguel. E essas famílias vão para onde? Então, também temos que pensar como que vamos lidar com essa situação. E a partir disso, a questão da regulação desse mercado. Então, como nós quanto Poder Público podemos fazer uma intervenção nesse mercado, que é o mercado privado. Estamos falando de uma propriedade privada, onde as pessoas residem em uma situação denominada enquanto cortiço. **Sra. Sophia:** E aí lembrando, nesse último ponto que a Cris falou, o quanto que a precariedade muitas vezes é lucrativa. Então essa ideia de olhar para o mercado privado é que de fato que tenhamos as condições mínimas de habitabilidade para você poder alugar um lugar. E poder ter contrato, tem coisas mínimas que temos que tentar defender. E aí pensando, colocamos lá os nossos objetivos e aí trazemos aqui o nosso Plano Municipal de Habitação de 2016, que ele já previa um atendimento aos cortiços olhando tanto para a população, quanto para a adequação das condições da moradia. Então, temos que olhar para os imóveis e temos que olhar para as pessoas. Às vezes junto ou às vezes de forma separada. E aí alguns alinhamentos de coisas que temos entendido até hoje. Primeiro, não vamos conseguir extinguir os cortiços e a precariedade. Isso é uma coisa muito maior do que conseguimos fazer nesse momento. Então entendemos que tem um olhar muitas vezes de redução de danos. O que conseguimos fazer nesse momento e o que é mais importante de priorizar? Segundo, não precisamos inventar a roda. Então por isso que estamos olhando para as políticas anteriores e aprendendo com o que já foi realizado. Não queremos gerar expulsão das famílias. Então, não adianta conseguirmos fazer com que eles sejam obrigados a reformar e aumentar o valor, como a Cris já falou, e expulsar essas famílias. Ainda, a realidade muda o tempo todo. Como já falamos, é uma realidade muito dinâmica. E precisamos propor algo também que é aderente a esse momento político. Qual é a quantidade de recursos que temos? O que está sendo oferecido? Quais são as linhas e as políticas que já temos hoje em dia? E por último, que a população tem que ter as suas especificidades respeitadas. Então por mais que façamos o que é possível da Secretaria fazer, temos que estar sempre olhando e prezando para que consigamos fazer o que a população de fato quer enquanto moradia. Então, tem muitas coisas para discutirmos. Estamos trazendo só para vocês terem um gostinho e quererem continuar discutindo isso conosco. E é difícil de pensarmos como que conciliamos a preservação da memória desses lugares tombados, a garantia de uma boa habitabilidade, a permanência da população em áreas valorizadas. Como que a gente faz? Se vamos incentivar o setor privado a fazer adequação ou se vamos fiscalizar e fazer valer a regra. Se vamos investir em imóveis privados ou como que fazemos isso para ter o retorno ao valor público. Como que

conseguimos transferir valor para conseguir receber isso de volta. Como que pensamos em políticas de aluguel social ao mesmo tempo em que tem o sonho da casa própria. Então, são várias questões complexas para a gente seguir discutindo. E aí, só para também não assustar vocês, que assim, tem uma parte que é um trabalho nosso, que nós como servidor, temos que fazer isso. Estamos aqui no nosso horário de trabalho fazendo essas organizações. Não quer dizer que vocês enquanto conselheiros vão ter que olhar para tudo isso e ficar trabalhando 40 horas por semana no GT de Cortiços. É principalmente para vocês participarem nas reuniões, e aí nas reuniões vocês vão trazendo essas discussões e nós aqui vamos fazendo o nosso trabalho de sistematizar. E aí aqui eu queria trazer para vocês, só para vocês verem um mapinha de ideias, de soluções que fomos trazendo. Não vou entrar em cada uma delas, mas a gente quis colocar aqui que daqui para lá é do menos abrangente para o mais abrangente. Então, aqui estamos falando de coisas, vamos falar só da zona central, e lá estamos falando então da cidade inteira. E de baixo para cima, de menos estruturante a mais estruturante. Então, menos estruturante é talvez uma tarifa social que ajude um pouco lá no ônus excessivo do aluguel. E mais para cima é às vezes pensarmos mesmo em outras formas até da provisão do locação social. Então, fomos tentando colocar um pouquinho as soluções dentro desse mapa para começamos a enxergar o que a gente estava, de fato, conseguindo concluir. E aí chegamos principalmente em quatro coisas, em quatro frentes que podem virar soluções, mas que estamos discutindo muito isso, e queremos seguir discutindo com vocês, que é, possivelmente, um parque privado de locação social específico para cortiços. Dentro do Pode Entrar já existe uma normativa que poderia ter isso, mas aí temos que entender todas as consequências e efeitos dessa decisão. A adequação dos imóveis, que poderia ser tanto com incentivo e financiamento do Poder Público, quanto uma coisa só que o privado é obrigado a fazer. Uma imobiliária pública para regularizar e promover uma forma mais saudável nessa regulação do mercado. E uma provisão pública e privada que já existe, mas que poderia também ter uma coisa específica para essa faixa salarial que é baixa, mas muitas vezes é um pouco mais alta do que a nossa demanda daqui, mas que poderia também ter um HIS2 a 3, por exemplo, no caso deles. E aí, junto com isso, acho que fomos entendendo também, conversando com as áreas aqui de SEHAB, que não tem como olhar para essas coisas sem ter um trabalho social adequado, porque precisamos dessa articulação com serviços públicos. Não tem como fazer isso sem ter uma fiscalização mínima de que de fato as adequações estão sendo feitas e o valor do aluguel, por exemplo, está sendo respeitado. E uma assessoria técnica de quais são essas adequações. E não estamos falando necessariamente de grandes adequações, às vezes é isso de separar 110 de 220, de tirar o gás de dentro da casa. Então, muitas vezes não vamos resolver todos os problemas, mas queremos eliminar o máximo de riscos para não ter fatalidade e as pessoas poderem viver com dignidade. Mas, então, só para mostrar que seria um pouco da ideia e um dia, um dia em breve, ainda este ano queremos chegar num plano mesmo. Então, aqui demos um exemplo, no caso aqui é o Plano Nacional de Segurança Pública, mas pensando num programa, precisamos ter quais são as linhas, qual que é o objetivo. Então, estamos nesse momento de pegar tudo que aprendemos, tentar sistematizar e chegar em breve com um programa aqui, junto com vocês aqui do CMH. E aí, colocamos algumas fotos nossas. Eu ia pedir até para os conselheiros que fazem parte do GT, se puderem vir aqui à frente. Então, já temos feito esse trabalho aqui e precisamos da participação de vocês. Então, colocamos também a fotinho aqui de vocês lá na posse, inclusive estávamos acompanhando. Tivemos essa participação no ano passado, mas nós em alguns momentos sentimos falta de alguns conselheiros, e queríamos realmente reforçar que queremos fazer isso junto com vocês, queremos fazer não só com vocês conselheiros, mas com todo o público que mora em cortiço, porque achamos que isso realmente é o que vai fazer com que o negócio funcione. Então, queria chamar, pode vir para fazermos umas falas finais, só para vocês conhecerem, para quem não conhece. O pessoal que está trabalhando muito aí conosco. Então, vou passar a palavra aqui para o Nelson. Obrigada. **Sr. Nelson:** Boa tarde. Eu sou o Nelson Saule Júnior. Eu estive como membro aqui do Conselho, como conselheiro pela OAB, e em razão disso que eu fui para participar do grupo de trabalho pelo Conselho, quando foi indicado pelos conselheiros. Então, estou aqui agora mais na condição de membro do GT, porque tem outro colega agora, que é o Edilson, que está aqui como conselheiro representando da OAB. Uma pergunta, por questão de curiosidade. Quem aqui já foi em um cortiço? Isso é bom. Já tem pessoas que conhecem a realidade como é. Porque acho que um primeiro passo, que talvez seja importante para quem está aqui no Conselho, seja entender melhor essa realidade do que realmente é a vida das pessoas que moram nos cortiços, que é uma questão bem, a meu ver, é uma situação que lesa a dignidade da pessoa humana, as condições como as pessoas moram nesses imóveis. Bom, rapidamente, eu queria dizer que essa questão do enfrentamento do problema dos cortiços, para pensar num plano programa, eu tenho colocado isso no grupo, que primeiro, acho que um pouco diferente talvez, de um programa de construção de habitação, talvez de urbanização de uma favela, nos cortiços, precisamos pensar em vários instrumentos de intervenções, porque são realidades que podem ser pensadas de formas diferentes para efeito de buscar tanto a garantia de uma qualidade de moradia para quem vai morar de habitação coletiva de aluguel, e também para efeito da garantia de uma condição adequada desses imóveis. E tem um fator diferente, porque na questão dos conjuntos habitacionais, das favelas, normalmente se pode fazer a intervenção por parte do poder público, principalmente porque favelas, a maioria aqui em São Paulo, são públicas, municipais, tem mais de mil favelas situadas em áreas públicas, como é o caso do Heliópolis. Os cortiços são propriedade privada, não tem nenhum imóvel público sendo alugado como cortiço pela Prefeitura. Então tem um fator diferente que precisa ser considerado, é como fazer essas intervenções na perspectiva de um imóvel que é uma propriedade privada. Eu acho que é importante pensar na diversidade de aplicação de instrumentos, pode até ser uma desapropriação, que é um instrumento tradicional que se faz para conseguir uma terra, para construir um conjunto habitacional, de repente desapropria o imóvel também para fazer uma reforma. Tudo bem, mas esse é o modelo mais tradicional que temos há mais de 60 anos utilizando aqui no município de São Paulo. Mas tem que pensar outros. Por exemplo, a questão, se não é o caso de pensar que esses imóveis venham a ser transferidos para uma gestão do poder público, através de uma concessão de uso, através da transferência do direito de superfície, e ficar para fins do município fazer a gestão, e dar algum benefício para os proprietários, como a transferência do direito de construir. Enfim, tem vários mecanismos, é claro que não dá para aprofundar agora aqui. Mas eu queria dizer que é importante pensarmos num plano com uma diversidade de instrumentos. E uma segunda, que eu acho que é

importante, todo mundo aqui, a maioria, acho que está envolvido em algum programa habitacional aqui, pelo menos todos os movimentos. Vocês têm assistência técnica, certo? Que faz parte até dos recursos. Então, acho que uma coisa importante para pensar para os moradores de cortiço é também essa questão da assistência, que vai principalmente da jurídica, por causa da lesão que essa população sofre, muitas dessas famílias são despejadas, sem ter direito de acesso à justiça. E a questão social, como foi relatado, e a técnica, como é o caso da Atis. Então, talvez pensar também no plano, um programa de assistência para essa população, acho que é uma questão fundamental, como já tem para os programas de produção de moradia, para urbanização de favela, regulação fundiária. Eu queria ressaltar isso, principalmente como sou advogado e atuei por uns dez anos com essa questão dos cortiços, há muito tempo, essa problemática continua, da questão dos despejos, de como são exploradas essa população nessa condição de moradores de cortiços. Então, rapidamente, era isso que eu queria aqui depor. E também acho que seria muito importante mesmo ter uma participação dos colegas nesse grupo, porque a questão dos cortiços é a situação de moradia nas cidades brasileiras, que é o que menos se conseguiu enfrentar até hoje, diferente de como é a questão das favelas, das ocupações, produção habitacional, até reformas de imóveis, os cortiços continuam ainda uma situação bem precária. E eu acho que é muito importante o Conselho, como está começando a entrar com força e com energia para enfrentar essa problemática. Obrigado. **Sra. M. dos Anjos:** Boa tarde. Sou Maria dos Anjos, já fui conselheira, estou substituindo um colega que estava no GT desde o ano passado, sou do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. E o Nelson perguntou quem conhece o cortiço. Eu não levantei a mão, porque eu sou uma ex-moradora de cortiço. Eu tenho toda a propriedade para falar e dizer. E acompanho aqui dentro desta Casa todo o programa de cortiço desde o governo da Luiza Erundina. E vejo, não me canso de lutar, de estar junto, porque eu sei o que é isso, sei qual é a problemática, sei qual é a importância de olhos fechados. Porque aquilo que vivemos, que sofremos jamais esquecemos. E sempre queremos o quê? Melhoria. Se eu achei melhoria para a minha vida, eu acho que tem muita precisando, muita, muita gente precisando. Porque a problemática do cortiço não é fácil mesmo. E é como eu disse, se vocês estiverem dispostos a nos unir conosco e vir de frente, olhar, mergulhar de coração, acho que vocês são bem-vindos no grupo. Obrigada. **Sra. Sonia:** Sonia Francine, eu represento a COHAB junto com o vice-Presidente, o Nunes Peixeiro. Acho que o importante é o que a Sophia falou, que não precisamos inventar muita coisa. Provavelmente tem que inventar alguma coisa, mas tem que olhar muito para as experiências que já aconteceram. Como várias pessoas já mencionaram, teve esse primeiro programa no governo da Luiza Erundina, Hermínia Maricato era Secretária de Habitação, depois um intervalo, aí na gestão Serra/Kassab, um programa importante também, a Bete França era a Secretária. E a CDHU tinha um programa de cortiços muito importante, muito longo também, atravessando várias gestões, inclusive por ser um contrato com o BID. Então ele tinha metas, tinha um programa mesmo que não era de uma determinada gestão, e esses três em si já dão uma boa ideia do que pode ser feito, inclusive porque não precisa escolher uma coisa só a ser feita. Uma modalidade que ocorreu nos três programas, principalmente na gestão Erundina e pela CDHU, desapropriação e construção. Desapropriação, constrói unidades, e aquelas pessoas moram ali, inclusive outras pessoas de outros cortiços próximos moram ali também. Então essa é uma das soluções. Outras é a exigência de que o proprietário em si faça a reforma e garanta que as pessoas vão permanecer depois que o benefício não seja só para ele. A opção da carta de crédito, a opção do auxílio enquanto o cortiço está sendo reformado. Tudo isso, em algumas medidas, já foi praticado. E tem uma previsão que foi feita em uma resolução do Conselho, no dia 27 de dezembro de 2004, que previa a possibilidade do financiamento para o proprietário fazer a reforma, desde que ele assinasse o contrato garantindo que as pessoas pudessem ficar 30 meses, e que o aluguel fosse mantido naquele período. Então até coisas que chegaram a ser escritas e nunca saíram do papel, portanto, em alguma medida elas foram, são novidade ainda, já foram pensadas antes, mas não foram colocadas em prática. Acho que foi o Nelson que já falou, e aí podemos, afinal de contas, tirar isso do papel? Isso é realmente possível? Então, todas e todos convidados a participar das nossas reuniões. Muito estudo, é muito legal mergulhar em tudo isso que já foi feito, e não só em São Paulo, Santos também, a CDHU atuou lá, e outras cidades, por sua própria iniciativa. E a partir disso, então, inovar onde tiver o espaço ou a necessidade disso. Muito obrigada. **Sra. Sophia:** Gente, então só para reforçar o convite, como a Cris já falou, nas primeiras quartas do mês, então no próximo vai ser no dia 1º de abril, e vai acontecer de verdade, apesar de ser o dia da mentira. E já queremos fazer, então, em abril, uma visita técnica, para que todo mundo que entre agora também consiga fazer conosco. E aí depois queremos marcar, para apresentar com calma para vocês, que forem participar, tudo isso que estudamos. Eu entendo que temos que fazer o voto para manter o GT, e também essas indicações. E aí só queria fazer uma fala final, que para nós é uma honra poder trabalhar com isso, e com pessoas que já fizeram, e estão nessa luta há muito tempo. Então, na própria mesa técnica, tivemos servidores que já se aposentaram, e toparam vir aqui, e ficaram felizes que seguimos trabalhando aqui. Inclusive, para nós é uma honra ter o Nelson, ter a Maria dos Anjos aqui, que estão também nessa luta há muito tempo. Então só queria pedir uma salva de palmas para todo mundo que tem feito esse trabalho. Obrigada. **Sr. Marco:** Marco Antônio, na titularidade do Sindicato dos Arquitetos. Bom, é um programa isso aqui. Então eu vejo que é um programa, e está vinculado a uma coisa maior. Aí você tem lá o Plano Municipal de Habitação de 2016. O próprio Maksuel já levantou essa coisa, e o nosso colega lá também levantou. São dez anos que esse plano foi feito. Ele atende atualmente ou não? Essa é a primeira questão, que você está fazendo um programa com dez anos de um plano. Segunda questão. Dentro do Plano de Habitação, você tinha as demandas por habitação. Excesso de aluguel, insalubre, cortiço, etc. Quanto representa isso? Dentro disso, você tem o orçamento municipal para a habitação. Quanto está sendo utilizado nisso? Então, para mim faltaram essas informações. Por que eu coloco isso? Fazemos planos nesse país, e esses planos acabam ficando engavetados. Eu lembro no PLANAB, lá atrás, quando se começou a discutir o PLANAB, o que aconteceu? Veio Minha Casa, Minha Vida, e esqueceram do plano. Fizemos os PRIS, Plano Local de Habitação e Interesse Social. Qual a resposta de cada município sobre isso? Eu sei por que eu trabalhei no município aqui da Grande São Paulo, fiz o PRIS, coordenei o PRIS lá naquele município, e hoje eu não vejo o resultado daquilo. Nem a revisão. Então, quando o Maksuel fala de fazer a conferência, é para recolocar as questões dos dez anos atrás, se são pertinentes hoje. Hoje temos uma moradia de rua muito grande. Será que não supera os cortiços? Será que não estamos enxugando

gelo, tirando de um lado e pondo para o outro? Precisa analisar isso com um pouco mais de calma. Eu também sou técnico, eu sei o que vocês passaram, agradeço esse trabalho, que é importante podermos ter esse tipo de coisa para podermos começar a questionar e discutir. Só isso. **Sr. Maksuel:** Primeiramente, eu quero parabenizar a equipe que apresentou, apresentação muito bem colocada. Parabéns pelo trabalho, pela dedicação. Parabéns para o doutor, que esteve junto conosco, ajudou e contribuiu muito com a criação do conteúdo que vimos. Sobre o que o Marco acabou de colocar, realmente precisamos consolidar um plano, principalmente por isso que nós temos a proposta da conferência, que vai ser estudada pelo nosso Secretário, que está presidindo, juntamente com o Sidney, com o Presidente da COHAB, para que o GT tenha um resultado efetivo, ele realmente entre no calendário de atendimento da cidade. Quando falamos do Plano Municipal de Habitação, ele vem desse encontro. Quando você falou sobre a questão do programa Pode Entrar, o programa Pode Entrar depende, pode ser até criado o programa Pode Entrar Cortiços especificamente para as melhorias, para requalificação. Estamos falando também de patrimônio público histórico. Muitos prédios que estão nos centros são patrimônio público histórico. Então exige um estudo de viabilidade técnica, pública, histórica, com autorizações específicas, até para reforma. Você tem uma condição de moradia, que inicialmente não era a condição desse prédio, mas hoje você tem uma realidade que eles foram adaptados para moradia. E como fazer isso? Acho que o Plano Municipal de Habitação, que há dez anos está em discussão, não temos ele efetivamente, perdemos esse momento de discussão do Plano. Naquela época, é importante colocar, foi uma questão até política, e ficamos muito chateados por isso. Na época, fui juntamente com a Elisabete França, que estava no plenário da Câmara Municipal, tive a oportunidade de sentar na cadeira da Presidência da Câmara Municipal para discutir o Plano, e, por sentido político, não conseguimos avançar com essa questão do Plano Municipal. Então, vemos a importância deste Conselho de voltarmos a discutir primeiro a Conferência das Cidades, e depois especificamente conversar e construir o Plano Municipal, e englobar essa questão do GT de Cortiço, da política habitacional para os encortiçados, para que possamos criar uma proposta, uma solução efetiva. Muito obrigado. **Sra. Sophia:** Só trazendo um retorno, em relação ao Plano Municipal de Habitação, como o Maksuel trouxe, ele não foi aprovado, mas já tínhamos lá uma previsão de um programa específico, então é um dos programas que analisamos, e podemos seguir nessa discussão, e concordamos. Quanto mais pudermos fazer isso articulado com os outros programas, melhor. E sempre olhando para os efeitos. Não queremos gerar expulsão, não queremos que esse público vire outro público vulnerável. Então, acho que é sempre ter todos esses cuidados. Só queria trazer também um ponto, eu entendo que os titulares e suplentes podem participar do grupo, e podemos ter convidados e indicados também. Então, caso vocês queiram indicar, tem uma pessoa que não está no CMH, mas que queremos que siga nessa discussão conosco, tanto que, na mesa técnica, abrimos para a população, e teve gente da Sociedade Civil que veio, porque é uma reunião aberta. Claro que a deliberação do programa vai ser aqui, via CMH, mas o grupo é aberto. **Sr. André:** Boa tarde a todos e todas. Meu nome é José André, participei da sétima legislatura aqui do CMH, e fui conselheiro do CPMU. Eu tenho algumas observações a fazer, questões que merecem aqui o devido destaque. Primeiro, a questão do regimento interno, ela diz sobre a questão do envio da documentação material para os conselheiros antes das reuniões. Então, seria muito importante que essas apresentações, e apresentações futuras, possam ser enviadas para os conselheiros, até para que nós possamos enriquecer as discussões, e até o fórum dos conselheiros aqui possa até fazer as proposições, e numa economia até de discussões e celeridade. Então, a primeira observação que eu faço é essa, que toda apresentação, de forma antecedente, possa ser enviada por e-mail para os conselheiros. O segundo ponto que eu observo do GT, primeiro parabenizo toda a equipe que fez a apresentação, mas eu tenho que fazer algumas observações. Tenho que fazer o chato aqui. Primeiro, ela não cumpriu a questão da resolução que deu início ao GT. Por quê? Foi marcado o prazo de 12 meses, em seis meses deveria apresentar a proposta do programa. Então, isso não foi apresentado. Eu esperava aqui, já que eu não tive acesso, porque não foi enviado para os conselheiros, que nós tivéssemos um diagnóstico mais apurado sobre essa tipologia. Quantas famílias estão através do Censo de Cortiço? Quais estão em área de risco? Então, isso não foi feito. Então, haveria necessidade de nós termos acesso, por exemplo, às Atas de reunião. Cadê as Atas de reunião do GT? Cadê o relatório? Por quê? Começou em junho de 2025, já no final, próximo à eleição do CMH, quem era o coordenador desse GT, deveria ter imaginado, eu vou deixar um legado, que é o relatório, para quem está seguindo, para não começar do zero. Então, isso não foi apresentado. Então, essa é a sugestão que eu faço para o GT, que acho que tem menos de seis meses, porque foi marcada a data de 12 meses. Então, parabenizo mais uma vez, mas os fatos, o relatório não foi apresentado, não tem Ata, o material não foi enviado. Então, nós precisamos de um monitoramento mais constante, um diagnóstico para ser apresentado para este plenário. O terceiro ponto que eu faço aqui a observação, para que nós não venhamos criar mais uma gaveta, e esquecer, já ratificando as palavras do nosso companheiro Marquinho do Sindicato dos Arquitetos. Por quê? Nós temos o Plano Municipal de Habitação. Aí, na sétima legislatura, nós criamos aqui o Pode Entrar, que foi uma luta tremenda, e a Conferência Municipal da Cidade que foi paralisada e suspensa pela questão da Covid, que era para ser retomada. Lá no Pode Entrar já tem um capítulo sobre locação social, sobre várias outras coisas. Então, nós estamos tratando a cidade de São Paulo de forma fatiada. Nós temos decreto na cidade de São Paulo que permite, senhores conselheiros, atendimento pela COHAB, pela SEHAB, para famílias de até 20 salários mínimos, que é um absurdo, que está contra a Lei do Pode Entrar. Então, nós temos que parar de fatiar. Cada tipologia, tentar criar seu plano, uma conversando com a outra. Para tentar encontrar o quê? Uma interdependência, intercalar essas políticas, criar uma forma de uniformizar, ter uma coerência através de um Plano Municipal de Habitação. E nós precisamos, urgente aqui, senhores conselheiros, votar a criação de um GT de discussão da Conferência Municipal da Cidade, retomar, e também do Plano Municipal de Habitação. Por quê? Porque cada situação dessa, cada tipologia dessa, regularização fundiária e outras mais, lá vai ter um título, vai ter um capítulo específico de forma integrada. Por quê? Conforme foi falado aqui pelo doutor Nelson, existem várias soluções, mas nós precisamos estar garantidos isso aí no orçamento. E só o Plano Municipal de Habitação vai poder garantir isso. Muito obrigado e agradeço. **Sra. Vera:** Boa tarde a todas e todos. Verinha, UMM, Zona Oeste. Primeiro, parabenizar a equipe, de fato, uma apresentação e a história muito bonita. Por quê? Quando começou o cortiço. Mas eu queria reforçar, gente, a minha área de militância no movimento de moradia, ela

começa aqui na Barra Funda, vai até Perus. É uma área muito grande. E quando falamos de cortiço, falamos muito da área central. E não é verdade isso. Infelizmente, os cortiços estão na periferia também. Eu falo isso porque eu conheço, eu conheço aquela região, vou começar por aqui muito rápido, a região da Barra Funda, que era uma área boêmia na década de 80, de 90. Se você, hoje, você vê aqueles casarões, inclusive a sede do nosso movimento, Secretário, é um antigo casarão que tem lá em 1939, se não me engano, que é a sede nossa, mas no entorno tem vários casarões, mas o pessoal não fala que é cortiço, fala que é pensão, usa como pensão. Não sei se vocês já ouviram isso. Então, eu acho que essa questão tem que ser retomada, não só na questão da área central, mas principalmente nas periferias, porque cada dia que passa, não é mais favela que está sendo feita, não é mais ocupação, são os cortiços que estão sendo criados. Onde a Verinha mora, está virando aquele puxadinho. **Sr. Secretário:** E na placa está escrito na frente da pensão: “Só para rapazes.” A maioria. **Sra. Vera:** Mas tem muitas famílias, eu falo, Secretário, porque eu conheço, posso até citar nomes, que eu já andei em vários cortiços, que eles falam que é pensão, ali na Barra Funda, que são quartinhos de 20, 30 metros, sem banheiro, sem janela, em condições insalubres totalmente. Inclusive, se eu puder ajudar a avançar nessa discussão de indicação, coloque-me à disposição, não só na Barra Funda, como em outros lugares, para que comecemos de fato a discutir e retomar esse... Acho que é uma saída que também temos para viabilizar moradia com qualidade de vida. Obrigada. **Sra. Cristina:** Gente, primeiro eu quero agradecer todas as contribuições que vocês trouxeram aqui para nós. Referente às Atas, todas as nossas Atas, elas são publicadas em diário oficial. Podemos pensar também em alguma estratégia, colocar todas no link só, para que vocês tenham acesso, que possam acompanhar. Essa fala da Verinha referente à questão de entender que esses cortiços não são só na região central, com certeza entendemos que há uma expansão dos cortiços nas franjas urbanas da cidade. E focamos muito na questão central, porque foi onde fizemos o último levantamento dos centros de cortiços. E a ideia que temos é que consigamos futuramente fazer um levantamento na cidade como um todo, para termos de fato esse diagnóstico. E a questão do próprio regimento interno. Como estávamos precisando que tivesse esta reunião, para que vocês pudessem entender o que estamos fazendo. E, após isso, para conseguirmos fazer essas alterações e trazer o relatório, um balanço maior referente a todas as atividades que realizamos aqui no grupo de trabalho. E é muito importante também a fala que o Maksuel colocou da questão da vinculação. Da vinculação em que sentido? Não pensarmos num programa isolado. Temos que pensar num programa já dentro de um plano. E aí, quando falamos de um Plano Municipal de Habitação, temos que pensar e desenhando também esse programa. Tudo bem que entendemos que lá no Plano já tem um desenho, e podemos deixar esse desenho um pouco mais robusto a partir das discussões que a gente vem realizando. E as apresentações, vamos encaminhar para a Maria Helena, para que ela possa repassar para vocês o que discutimos hoje. **Sr. Maksuel:** Não vou falar mais, mas só uma recomendação para o Secretário. Posteriormente, quando o senhor colocar para a votação, o senhor também abre para a indicação e para a consolidação do novo GT. Por favor. **Sra. Simone:** Queria parabenizar o grupo. Sophia, Cristina, Nelson, Maria dos Anjos, Soninha. É muito bom ver gente tão capacitada trabalhando nesse tema tão importante. Eu, além de ser representante do IAB no Conselho, eu também sou Diretora e Presidente do Fundo FICA. O FICA também contribuiu bastante através do Renato no início dessas discussões sobre o Censo de Cortiços. O FICA tem um programa de cortiços, então é nosso total interesse contribuir, coloque-me à disposição. Eu concordo com todos os conselheiros que se remeteram tanto à Conferência, quanto à necessidade de desenvolver e aprovar, acho que tem que revisitar, porque é um plano de 10 anos, o Plano Municipal de Habitação. No entanto, eu acho que é importante que nós como Conselho e como gestão, pense também que não é necessário esperar o Plano Municipal de Habitação estar aprovado para trabalhar com esse tema. As pessoas estão empobrecendo, morrendo, correndo risco nas suas casas. O problema de cortiços é muito estrutural e sério na cidade. Então é possível também a tal da vontade política para implementar e começar a trabalhar com esse tema. E faço uma pergunta também. Queria saber, se isso foi levantado pelo GT, se existe previsão orçamentária para trabalhar com esse tema de cortiços neste ano. Não sei se o subsecretário pode responder, mas o quanto seria importante que pautássemos essas urgências da cidade dentro do Plano Municipal de Habitação, senão vamos estar sempre à espera de um plano sendo aprovado para tratar de temas tão urgentes. Obrigada. **Sr. Secretário:** Bom, pessoal, quero agradecer. Também, em cima da palavra da Simone, precisamos entender um movimento social do envelhecimento da sociedade. Antigamente você não tinha muitas pessoas de idade morando nesses espaços. Hoje você tem muitos idosos. A gente, inclusive, vem debatendo isso com o Conselho Municipal do Idoso, a necessidade de ampliação de políticas habitacionais para a terceira idade, uma vez que muitos desses idosos acabam, muitas vezes, não tendo nem família. Então, ampliando isso para poder avançar nessa política efetiva de moradia para que possamos entender o reflexo hoje, da fotografia de hoje, que, com certeza, teve muito desenvolvimento, mas que possamos, inclusive, com o PMH, fizemos uma discussão recentemente no Ministério Público com o Marcos Vinicius, o Secretário Monteiro de SIURB, para que possamos avançar na Câmara Municipal essa discussão da implementação do PMH de maneira efetiva. Quero agradecer também a participação da Sophia e da Cris, que, junto com o DEPLAN, estão discutindo isso junto ao Gabinete, junto com o Secretário Sidney Cruz, o fortalecimento, a gente vem buscando, como elas relataram, a experiência já anterior de outras gestões que tiveram políticas efetivas para efetivamente trabalhar essa política dos cortiços, e eu tenho certeza que esse GT vai avançar de maneira significativamente. Inclusive, André, para que ele também não tenha interrupção, para que possamos mensurar, daqui a uns anos, a efetividade do trabalho dessa política pública. Então, tudo isso leva em consideração esse trabalho. Dizer também que temos que levar em consideração que o CMH, em virtude da questão eleitoral, o trabalho ficou suspenso no ano passado, porque essa eleição teria que ter ocorrido em 2024, do CMH, e aí o Conselho da época, solicitou que fosse pós-eleição, essa situação que também gerou essa pausa desse trabalho. Então vamos avançar, quero agradecer mais uma vez, reiterar o trabalho das meninas, que foi fundamental para que pudéssemos colocar em votação agora aqui a criação novamente do GT dos cortiços. **Sra. M^a Helena:** Na verdade, o que acontece. O grupo está acontecendo, do GT, e aí o que precisamos é o quê? Dar continuidade no grupo. Então, o que vamos fazer? Estamos com umas fichas de inscrições, as pessoas que estão interessadas em participar do grupo, por favor, façam a inscrição para já finalizarmos o voto, para conseguirmos... **Sr. Maksuel:** Uma questão de ordem, Secretário. Vamos colocar para votação a continuidade do GT, e aí posteriormente, os interessados já

fazem automaticamente a indicação. **Sr. Secretário:** Vou fazer isso aí agora. Eu estou dando sequência na leitura aqui da pauta. **Sr. André:** Queria aqui só fazer uma ponderação para os nossos colegas conselheiros. Nós temos aqui vários conselheiros que não estão presentes, que pese à convocação foi tempestiva. Mas é tradicional, inclusive do Regimento Interno, nós darmos um prazo, mesmo porque é permitido aos GTs a indicação de pessoas que não são conselheiros. E nós teríamos que, é um bom senso, até consultar essas pessoas que não são conselheiros, que poderão contribuir na produtividade e celeridade do processo. Então, pediria, senhor Secretário, Presidente e demais conselheiros, que nós pudéssemos conceder um prazo de cinco dias para que, através do e-mail, a pessoa pudesse escrever através de formulário. E eu acho que nós poderíamos contribuir com indicações de pessoas ilustres, com bastante conhecimento, até para que o trabalho possa ser bastante produtivo. Esta é a minha colaboração. **Sr. Secretário:** André, como já foi dito, inclusive em resolução, tem a possibilidade de depois as pessoas serem convidadas. E só para darmos celeridade também aos trabalhos, principalmente na execução do grupo, vamos colocar em votação já para poder dar a criação dele novamente. E aí, conseqüentemente, o próprio GT vai convidando essas pessoas no decorrer dos trabalhos. Então, dando sequência aqui, a deliberação sobre a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção em Cortiços, instituído pela Resolução do CMH nº 198/2025, com abertura de novas inscrições para conselheiros interessados em compor o grupo da 9ª Gestão. E, dando sequência, vou colocar para voto em plenário, a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção aos Cortiços. Para aprovação, permaneçam como estão. Aprovado por maioria a continuidade do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção aos Cortiços. Agora, abertura de novas inscrições para conselheiros interessados em compor o grupo. Sra. Maria Helena está com a ficha. Os interessados peguem a ficha, se inscrevam, e vamos levar à votação. **Sr. Maksuel:** Secretário, em vez de assinar a ficha, pode ser nominal? **Sr. Secretário:** Pode ser. **Sr. Maksuel:** Eu quero contribuir com o grupo. **Sr. Secretário:** Maksuel, só lembrando que a Constituição do Poder Público já está garantida pela indicação das Secretarias. Vamos fazer pelos Movimentos Populares e a Sociedade Civil organizada. **Sr. Maksuel:** Perfeito. Então, Maksuel José Costa gostaria de participar do GT de Cortiços. Por Movimentos Populares. **Sra. Márcia:** Márcia Barreto também gostaria de contribuir com o GT de Cortiços. **Sra. Kátia:** Pessoal, vocês também podem indicar gente de fora. **Sra. Sheila:** Sheila Mendes do Nascimento, representante de Movimentos Populares gostaria de participar. **Sra. Vera:** Verinha, representante de Movimento Popular. **Sr. Henrique:** Henrique Geddo, representante da Sociedade Civil. Vou fazer só uma pergunta. Para fim de organização, que vocês vão fazer a lista do GT, quem é suplente, indico agora aqui também? Melhor, não é? Nominalmente. **Sr. Secretário:** Sim. **Sr. Henrique:** Então, a minha suplente, Cíntia Fidelis, também gostaria de fazer parte. **Sra. Margarida:** Margarida Ramos. Também gostaria de fazer parte do GT. Movimento Social. **Sra. Camila:** Camila Yumi Onia, pelas assessorias técnicas. E também vou indicar o meu suplente, é o Fernando Botton. Sociedade Civil. **Sra. Simone:** Simone Gatti, pela Sociedade Civil Organizada. Sou suplente. Da Isadora Guerreiro. **Sr. André:** José André de Araújo, Movimentos Populares. **Sr. Fredson:** Fredson Almeida Lima, Movimentos Populares, também interessado. **Sr. Maksuel:** Em uma forma de agradecimento pela sua contribuição, gostaria que este Conselho, primeiro, eu indicasse e aprovassem a indicação do Nelson Saule, para que ele continuasse, juntamente com a sua experiência, para nos ajudar neste tão importante GT. **Sr. José Tadeu:** Indico o meu suplente, Luiz Alberto Camargo Filho. **Sra. M. Fernanda:** Maria Fernanda, sou suplente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado. **Sr. Daniel:** Daniel Calife Guerra Costa, conselheiro pela OAB. Eu já ia indicar o Dr. Nelson, meu antecessor, para continuar. **Sra. Sophia:** Gente, quórum muito bom. Estamos felizes. Tem mais gente? Não? **Sr. Davis:** Boa tarde a todos. Davis Pereira Raimundo, Coordenador de Projetos de ESG, Ambiental, Social e de Governança. Estamos juntos. Gratidão. **Sra. Sophia:** É isso, gente. Tem mais alguém? Lembrando que depois, no prazo, vocês conseguem ainda indicar mais pessoas. Lembrando que a reunião é dia 1º de abril. Depois mandaremos também os materiais para vocês. Tem um grupo no WhatsApp para quem quiser participar, mas sempre mandamos também os informes por e-mail, para todo mundo ficar com todas as informações. **Sra. Cristina:** Gente, só para esclarecer. A primeira, ficamos muito felizes de ter várias pessoas aqui que estão conosco. Vai ser muito bom realizarmos esse trabalho, dar continuidade a esse trabalho. Acho que vale fazer a ressalva que não temos uma quantidade máxima. Só pode ter dez pessoas. Tem que ser dez da Sociedade Civil, dez do poder público? Não. Não existe essa questão de paridade, porque estamos falando de um grupo de trabalho. Fiquem à vontade ainda para vocês fazerem indicações de outras pessoas, que vocês acreditam ser pertinentes, que possam contribuir conosco. Não tem limite. Podem indicar mais pessoas também. Queremos muito essas contribuições, que consigamos seguir. **Sr. Secretário:** Pessoal, só levando em consideração, e ficamos felizes pelo número de pessoas interessadas em compor o Grupo de Trabalho de cortiços, estamos colocando todas as pessoas que se interessaram dentro da condição de Sociedade Civil ou Movimentos Populares para, na verdade, ingressarem o GT de Cortiços. Aprovado? **Sra. Mª Helena:** Na verdade, o que acontece. Os GTs acompanham a 9ª Gestão. Como o projeto está criando vulto, e há interesse da continuidade do grupo de trabalho, nós tivemos uma reunião com o Procurador, ele falou que precisamos aprovar primeiro esse grupo de trabalho na 9ª Gestão, porque praticamente, acabou a 8ª Gestão, ele acabaria. **Sra. Sophia:** O nosso entendimento é que o GT é criado ou encerrado aqui via CMH, mas aí o GT discute o próprio regimento. Então, podemos fazer isso, porque acabamos discutindo como teve também esses seis meses de pausa do CMH, e fomos entendendo que precisaríamos de mais tempo para discutir, acabamos aumentando o tempo, só que de fato, não atualizamos o regimento. Então, acho que uma das primeiras pautas, na próxima reunião, é fazermos essa discussão e fazer essa atualização do regimento. **Sr. Maksuel:** Como nós ainda temos uma pauta importante que vai ser discutida, que até eu que propus, que foi uma alteração, porque este mês seria a reunião da Executiva. Podemos levar justamente essa discussão para a Executiva? Porque aí ajudamos o Secretário. **Sra. Mª Helena:** Então, a pauta da Executiva é uma pauta fechada da Comissão Executiva. **Sr. Maksuel:** O Pleno do Conselho Municipal de Habitação, o nome já fala Pleno, se for aprovada aqui a discussão para a Executiva, vai ser levada para a Executiva. E, juntamente com o Secretário, definimos justamente para ter esse entendimento lá. **Sr. Maksuel:** A pergunta que o doutor André falou sobre o tempo que tinha de composição do GT, da resolução. Tem uma resolução específica que determinou o tempo. A preocupação

dele é que aprovamos o GT aqui agora, aprovamos os nomes como indicação, mas o tempo que está na resolução está se exaurindo, está se acabando. O que foi a proposta, foi que o tempo de gestão, o tempo de prorrogação do GT seja o tempo desta Gestão, desta gestão aqui, deste Conselho. Se o Secretário assim achar conveniente, colocamos para aprovação aqui.

Sra. Kátia: Max, só uma colocação aqui, a Maria Helena falou corretamente. A Executiva do Conselho é uma reunião que tem pautas distintas do Pleno. Só para deixarmos uma coisa mais clara aqui. A Executiva do Conselho tem pauta específica. O que a Executiva faz? Inclusive, isso está previsto na Lei do Conselho Municipal de Habitação, na 13.425. Nós podemos levar pautas da Executiva para o Pleno, porém, as pautas do Pleno não podem ser levadas para a Executiva, porque o Pleno sempre vai ser Pleno. Ele discute o todo. Ele, inclusive, pode discutir a pauta da Executiva. Agora, a Executiva não pode absorver as pautas do Pleno. Então, fica ruim se você levar a pauta do Pleno para a Executiva, porque ele é um Conselho menor que delibera sobre determinadas situações, sobre o Fundo Municipal.

Sr. José Tadeu: Artigo 12, § 3º - O Presidente do Conselho de Habitação poderá excepcionalmente permitir a inclusão de solicitação de voto extra pauta, considerando a relevância e a urgência da matéria.

Sr. Secretário: O que precisamos só esclarecer é que, em decorrência dessa nova gestão, podemos estabelecer que esse GT tem o seu tempo de duração de acordo com a gestão deste Conselho Municipal de Habitação.

Sr. Maksuel: Perfeito.

Sr. Secretário: Aprovado?

Sr. Maksuel: Aprovado.

Sra. Sheila: Pessoal, vamos colocar aprovado. Aqui vamos colocar em votação que a duração do Grupo de Trabalho do Programa de Intervenção em Cortiços será do prazo da vigência deste mandato atual do Conselho Municipal de Habitação. Em havendo concordância, permanecendo como estão os interessados e aprovados, aprovado por unanimidade. Indo agora para o item 4 - Ratificação da indicação de conselheiros para representar o CMH no Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduaté, conforme processo CEI nº 78.10.2025-001378-2. O referido Grupo de Gestão é coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento com Secretaria Executiva da São Paulo Urbanismo, conforme estabelecido no Decreto 63.840, de 29 de outubro de 2024, especialmente no seu Artigo 1, §1º, alínea F. Nos termos do referido decreto, foram indicados ad referendum para representar o CMH pelo segmento Entidades Comunitárias e Organizações Populares Ligadas à Área da Habitação, os seguintes conselheiros, conforme processo CEI, nº 78.10.2025-001378-2. Titular, senhor Maksuel José da Costa, pelo Instituto Social Minha Heliópolis, MSTI. E a senhora suplente, Sônia Aparecida da Cruz, Centro Educacional Instituto Paulo Freire. Irei colocar em votação. Para aprovação, permanência como estão. Aprovado por unanimidade. Então, titular, Maksuel José da Costa e a senhora suplente, Sônia Aparecida da Cruz. Abrindo agora item 5, outros assuntos, espaço destinado a informes gerais e comunicações dos conselheiros com ou sem deliberações. Dona Maria Helena vai fazer aqui uma fala para poder falar um pouco da nossa próxima reunião. A nossa **Sra. Mª Helena:** A nossa próxima reunião do Pleno será dia 16 de abril. Você, Maksuel, solicitou uma extraordinária, certo?

Sr. Maksuel: Dia 24. São duas coisas diferentes. Eu vou retirar a preposição sobre a questão de realização da extraordinária. Por quê? Porque no dia 24 nós já temos a Reunião da Executiva, com pauta específica, como foi colocado por você e pela Kátia. Nós vamos discutir ao dia 24. Também tenho de conhecimento de todos, pelo calendário apresentado, que a nossa próxima reunião já é no dia 16 de abril. Então, não se faz necessário ter uma extraordinária. Então, eu retiro a minha solicitação.

Sra. Mª Helena: Mesmo porque as indicações para voto têm que ser encaminhadas para o CMH, por e-mail ou pessoalmente, até o dia 1º de abril. Você tem que encaminhar a sua solicitação de voto, justificando tudo o que vai ser elaborado dentro dessa solicitação. E no dia 24, ela vai ser tratar da Comissão Executiva, e ela vai tratar do exercício inteiro de 2025.

Sr. Maksuel: Então, perfeito. Vamos lá. Vamos reformular aqui. Eu tiro a solicitação de ter a extraordinária para o que eu já apresentei. Já está apresentada a solicitação.

Sr. Maksuel: O que você encaminhou para nós foi uma solicitação de alterar a data.

Sr. Maksuel: Não, lá também está bem específico. Acho que o Secretário pode fazer a leitura do que eu pedi.

Sr. Secretário: Só demandando a solicitação do conselheiro, a primeira ação dele é a questão que já não se justifica mais em virtude desta reunião de hoje. A segunda situação que ele quer apresentar no dia 16, seria a proposição que está na fase final de elaboração e tem como objetivo contribuir para o aprimoramento das diretrizes institucionais aplicáveis e a apresentação de propósitos habitacionais, bem como para o fortalecimento dos instrumentos de planejamento e execução da política municipal de habitação. Ele solicita que seja incluída para o dia 16, essa demanda que até então era para hoje. Perfeito?

Sr. Maksuel: Perfeito. Porque hoje foi a aprovação da última pauta. E na última pauta que foi aprovada hoje, está a nossa solicitação. A solicitação está muito clara, que é justamente ter o credenciamento das entidades dentro do programa Pode Entrar Entidades.

Sr. Secretário: Zum, você gostaria de colocar já nessa próxima reunião, o que eu vejo, que pode ser uma reunião extensa.

Sr. José Tadeu: Eu entendo que as reuniões bimestrais, elas demoram muito. Então, as mensais, as reuniões mensais vão atender, olha o tanto de trabalho, e olha o tanto de gente querendo trabalhar nas questões da habitação. Então, eu acho muito pertinente, eu encaminhei um e-mail, dia 5 de março, para a Secretaria, não obtive resposta, pedindo, solicitando voto, solicitação de voto, para que seja alterado o Artigo 10, para estabelecer a periodicidade mensal das reuniões ordinárias do Conselho, em substituição da atual. Aqui tem uma justificativa. Eu tenho até a proposição de um calendário. E assim, só para ser colocado a voto.

Sr. Secretário: Na verdade, seria essa questão do item 4, que você apresentou, que nós recebemos aqui, que é a questão do quadro comparativo. Que seria a proposta sua da regra atual com a que ser levada à votação.

Sr. José Tadeu: Começo do mês, a Executiva, e por volta do dia 20, a reunião do Pleno.

Sr. Secretário: Tudo bem, pode incluir isso aí. E aí nós vamos votar na próxima reunião. Nós apreciamos, discutimos e vemos a possibilidade de votação dessa situação que foi apresentada.

Sr. José Tadeu: Muito obrigado, Presidente.

Sra. Mª Helena: Outros assuntos? Tem mais alguém que se interessa?

Sr. André: Tenho uma proposta aqui, companheiros, que vem desde a primeira reunião ordinária que nós, não constou da Ata, mas foi falado, que é a criação de dois grupos de trabalho. Primeiro, de acompanhamento, monitoramento e diagnóstico do PPA, da LDO, e da Lei Orçamentária Anual, principalmente com foco para o cumprimento da Lei do Pode Entrar em relação às entidades, dos 40%. Então, visa o acompanhamento, monitoramento, diagnóstico e fiscalização do cumprimento da legislação habitacional, além da questão habitacional. A segunda proposta que eu tenho aqui, que eu coloco para o colegiado. Poderia até ser uma comissão permanente, por quê? Nós já temos anúncios, os senhores já receberam, acho que sim, por

e-mail. Já começou a discussão da LDO e da questão do orçamento mais através da plataforma, para que nós não possamos ser surpreendidos, porque o Executivo tem até agosto para envio para a Câmara. Tem que passar por esta Casa de excelência, a questão habitacional. A questão também, o segundo GT que eu proponho, é para a organização da Conferência Municipal de Habitação para a propositura do Plano Municipal de Habitação e sua atualização, tendo em vista várias legislações que foram alteradas, como revisão do Plano Diretor Estratégico e também a Lei do Pode Entrar, e outras demandas aqui que nós vimos no dia de hoje, como a questão dos cortiços de outras tipologias. Então é isso. **Sr. Maksuel:** Só para salientar aqui dentro da proposta do conselheiro André, é importante, porque no início da nossa fala nós colocamos, e eu volto a falar, sobre a questão da edital de credenciamento das entidades, da modalidade Programa Pode Entrar. O segundo ponto aqui, Presidente, é o ponto das áreas da COHAB, que é referente à abertura de uma resolução, do credenciamento, para que possamos fazer indicação dessas áreas da COHAB e da SEHAB. O terceiro ponto, esse ponto, eu gostaria de retirar, que é sobre a questão dos mandatos conselheiros, porque depende retirar sobre a questão de pauta, porque depende de avaliação técnica jurídica. Porque, na verdade, ele tem que ser remetido para a Câmara Municipal para aprovação. Mas o importante, o último ponto, que aí se refere à questão da Conferência Municipal da Cidade, eu acho que é importante, primeiro, nós termos um entendimento da importância da Conferência Municipal, tendo aprovação, por este Conselho que irá ser executada a Conferência Municipal, porque tem uma parte técnica, não é só ter a conferência, é ter disponibilidade de quando vai acontecer essa conferência, como ela vai acontecer, qual é o recurso que vai ser utilizado para isso, eu creio que depende também de uma conjuntura técnica. Tem que ter uma avaliação técnica da própria Secretaria para ver a viabilidade de realização dessa conferência. E, posterior a essa aprovação, pelo Pleno do Conselho, nós, automaticamente, já podemos tirar o GT de trabalho. **Sr. Secretário:** Mas estamos garantindo aqui, na próxima reunião, o edital do credenciamento das entidades. Só para garantir, porque é uma pauta extensa. **Sr. Maksuel:** Próxima reunião vamos falar sobre a questão de edital de credenciamento. **Sr. Secretário:** Perfeito. Vamos pautar isso e a questão do Zum. **Sr. Maksuel:** Perfeito. **Sr. Secretário:** Então está ok. Então, constando em Ata, de acordo com a deliberação aqui, e junto com a solicitação do conselheiro Maksuel, edital do credenciamento das entidades e a demanda da agenda do Conselho Municipal de Habitação. **Sra. Sheila:** Eu quero fazer um pedido aqui para o Conselho, para que seja acolhido aqui, perante o Conselho, também um GT sobre as operações urbanas, mas com todos os atores envolvidos, SIURB, SEHAB. Nós temos um plano de intervenção muito grande anunciado pelo Prefeito sobre a Jornalista Roberto Marinho, no qual, a cada hora, aparecem mais problemas para nós, em relação às obras emergenciais, em relação às novas ocupações. Tem que demandar, hoje não fala só nas 8.500 famílias da operação urbana, falamos em todos os problemas que estão acontecendo no território. Então, eu acho necessário, no qual, da mesma forma que hoje estamos optando em ter um GT para os cortiços de São Paulo, eu acho que esse território também precisa ter um GT, e que não dá para ser somente o corpo técnico de vocês. Nós, população, Sociedade Civil, precisamos participar, porque na hora dos problemas, quem está frente a frente com a população somos nós. Tanto sobre as obras emergenciais, sobre essa questão de responder como é que vai ficar esse complexo Roberto Marinho, se ele vai existir ou não, qual a fonte pagadora, porque aí se sobrepõe o Governo do Estado, juntamente com a Prefeitura de São Paulo, mais a operação urbana. São muitos agentes envolvidos e temos que dar resposta para todo mundo. **Sr. Secretário:** Entendi, mas, Sheila, o que geralmente fazemos? Geralmente não, que é o modo que trabalhamos. A gente, então, cria um diálogo antes, interno, na Secretaria, chamando os outros agentes, que como você relatou, estão envolvidos, para que eles entendam, então, essa situação e que possamos, então construir, como foi construído o GT, fomos dialogando internamente, para depois já trazer mais maduro aqui para o CMH. **Sra. Sheila:** O que eu trouxe para o senhor, porque eu já pedi no Conselho gestor, eu sou conselheira há 10 anos, eu tenho cadeira no Conselho há 10 anos. Pedimos lá e não aconteceu. Por isso que eu trouxe agora para vocês. **Sr. Secretário:** Você pede para nós, e vamos marcar uma reunião. Perfeito? **Sra. Sheila:** Está certo. **Sr. Secretário:** A gente trabalha internamente, vamos amadurecendo e depois trazemos aqui para a discussão no CMH. **Sra. Sheila:** Para mim, que sou a parte que representa os moradores das favelas, nunca sabemos ao certo o que vai acontecer. A gente só vê anunciar em uma postagem de Instagram: “Olha, o túnel do Roberto Marinho vai acontecer.” Mas a que ponto esse túnel vai acontecer? **Sr. Secretário:** Você me liga e vamos marcar. Aí organizamos quem são os participantes, e fazemos uma reunião de trabalho para começar a estartar essa situação. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Carlos Augusto Manoel Vianna encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**